

Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Ana Marta Valentim do Monte

**A limitação do dever de informar do jornalista:
As pressões políticas, as pressões hierárquicas e o papel
da ERC como “protectora” dos jornalistas**

Outubro de 2009

Declaração

Nome

Ana Marta Valentim do Monte

Endereço Electrónico

anamartamonte@gmail.com

Número do Bilhete de Identidade

12846467

Título da Tese

A limitação do dever de informar do jornalista:
as pressões políticas, as pressões hierárquicas e o papel da ERC como
“protectora” do jornalista

Orientação

Professor Doutor Moisés Adão de Lemos Martins

Ano de Conclusão:

2009

Mestrado em Ciências da Comunicação, Área de Especialização em Informação e
Jornalismo

É autorizada a reprodução parcial desta tese, apenas para efeitos de investigação, mediante
declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Universidade do Minho, 27 de Outubro de 2009

Ana Marta Valentim do Monte

Resumo

O jornalista tem com o político uma relação profissional com altos e baixos, uma relação de simpatia umas vezes, e de antipatia outras. Uma relação que está limitada por outro factor que é o papel do assessor de imprensa como mediador entre ambos.

No seio desta relação, o jornalista debate-se, por vezes, com algumas pressões intrínsecas ao seu trabalho, como é o exemplo das pressões políticas de que, por vezes, o jornalista é alvo.

Uma investigação que passa pela análise desse relacionamento e dos factores que dele fazem parte: pressões políticas, cumprimento do Código de Ética e Deontologia, a protecção da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a possível pressão que possa existir por parte dos superiores hierárquicos do jornalista, nomeadamente, os seus editores, directores, administradores que, no caso de haver essa pressão, poderá pender para dois lados, o de reforçar a pressão externa, ou o de “convencer” o jornalista a cumprir o seu trabalho de um forma ética e responsável, parcial e fidedigna.

Importa saber se, desta forma, o jornalista está em condições de cumprir o seu dever de informar a população e de servir de mediador entre o político e o seu eleitor.

Abstract

Journalists and politics, they have between themselves a strange professional relationship that goes from friendship to “antipathy”. A relationship that is limited with another factor that is the role of the press attaché as a mediator between them.

In the middle of this professional relationship, the journalist struggles, sometimes, with some pressures, for example, those that come from politics.

This investigation analyses the professional relationship between journalists and politics and the factors that are connected to that. Politic pressures, the accomplishment of the deontological and ethic codes, the protection of the media entity, the pressure that might exist by the hierarchical superiors as editors, directors or administrator are some examples.

We want to know if the journalist can represent the citizens, give them all information’s they need and to work as mediator between them and politics.

Índice

<i>1. Introdução e Apresentação do Tema</i>	<i>1</i>
<i>1.1. A empresa</i>	<i>2</i>
<i>1.2. Estatuto Editorial da TSF-Rádio Notícias</i>	<i>4</i>
<i>1.3. O Estilo TSF</i>	<i>5</i>
<i>2. A Questão a Aprofundar</i>	<i>7</i>
<i>3. Relação Jornalista VS Político</i>	<i>8</i>
<i>4. A Censura na Imprensa</i>	<i>11</i>
<i>5. O Poder da Comunicação Social</i>	<i>18</i>
<i>6. Teorias Desenvolvidas</i>	<i>20</i>
<i>7. O Poder de Influência dos Media na População</i>	<i>22</i>
<i>8. O Poder Dentro dos Media</i>	<i>24</i>
<i>9. A Fragilidade da Comunicação Social</i>	<i>27</i>
<i>10. Definição do Modelo de Análise</i>	<i>33</i>
<i>10.1. Grelha de Análise</i>	<i>33</i>
<i>10.2. Caracterização da Grelha de Análise</i>	<i>35</i>
<i>10.3. Análise dos Resultados</i>	<i>36</i>
<i>10.4. Resumo da Análise</i>	<i>49</i>
<i>10.5. Verificação das Hipóteses</i>	<i>50</i>
<i>11. Conclusão</i>	<i>53</i>
<i>11. Bibliografia</i>	<i>55</i>

Lista de Gráficos

<i>Ilustração 1 - Relação Jornalista/Político</i>	43
<i>Ilustração 2 - Comparativamente com indivíduos de outras áreas, o político geralmente...</i>	43
<i>Ilustração 3 - Pressão Política</i>	44
<i>Ilustração 4 - Casos de Pressão Política</i>	45
<i>Ilustração 5 - Em caso de pressão, o jornalista apresentou o caso à ERC?</i>	46
<i>Ilustração 6 - O jornalista sente que a ERC protege a classe</i>	47
<i>Ilustração 7 - Jornalista sem condições para cumprir os Códigos Deontológico e de Ética?</i>	48
<i>Ilustração 8 - O assessor de imprensa dificulta o relacionamento jornalista/político?</i>	48
<i>Ilustração 9 - Jornalista pressionado pelo seu editor</i>	49
<i>Ilustração 10 - Casos em que o jornalista foi pressionado pelo seu editor</i>	50
<i>Ilustração 11 - Jornalista pressionado pelo seu director</i>	51
<i>Ilustração 12 - Casos em que o jornalista foi pressionado pelo seu director</i>	51
<i>Ilustração 13 - Jornalista pressionado pela administração</i>	52
<i>Ilustração 14 - Casos em que o jornalista foi pressionado pela administração</i>	53
<i>Ilustração 15 - Opinião do jornalista sobre o fim do Jornal de Sexta da TVI</i>	54



1. Introdução e apresentação do tema

Nesta dissertação pretendo perceber a relação entre o jornalista e as elites políticas. Consequentemente, espero entender que condições tem o jornalista para cumprir o seu dever de informar a população e, assim, ajudá-los a formar a sua opinião. Quero compreender se o jornalista está em condições de mediar a população, dirigindo-se às elites políticas e obtendo delas aquilo que a opinião pública quer saber. Ou se, por outro lado, está dependente daquilo que o político quer ou não dizer. Pretendo ainda entender se o jornalista está em condições de cumprir o Código Deontológico e o Código de Ética do Jornalista.

Neste âmbito, importa, também, analisar se o jornalista sente que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social o pode proteger caso a liberdade de informar a que tem direito esteja em causa.

Também de referir são as condições de trabalho que o jornalista tem no interior da empresa. Isto é, se poderá haver algum tipo de pressão por parte dos seus superiores hierárquicos: editores, directores, administradores.

Durante este relatório, ao pesquisar, então, acerca do relacionamento entre jornalistas e políticos, recordei alguns conceitos estudados ao longo do curso de Ciências da Comunicação e tentei complementá-los com inquéritos e entrevistas a jornalistas que estariam directamente ligados a este tema. Assim, após elaborar o enquadramento teórico, os inquéritos e entrevistas, foi-me possível fazer uma conclusão empírica acerca da relação entre estas duas profissões. Tentei também complementar a parte teórica e os inquéritos com a minha experiência gratificante durante o estágio na TSF – Rádio Notícias. Um estágio que passou, principalmente, pelas reportagens de rua e posterior redacção e gravação no estúdio. Pude contar com a colaboração e compreensão dos jornalistas que faziam parte da equipa em que eu trabalhava e que,



sempre que possível, me esclareciam todas as dúvidas e me ensinavam como trabalhar em estúdio. A parte da gravação foi a que me suscitou mais dificuldades que foram sendo ultrapassadas com a ajuda dos jornalistas e dos técnicos.

As reportagens de rua basearam-se, maioritariamente, em conferências de imprensa em Ministérios (a sua grande maioria no Ministério da Educação, a propósito das reuniões entre a Ministra da Educação e o Sindicato dos Professores que na altura decorriam); algumas manifestações de professores; uma manifestação da CGTP; concertações sociais; duas deslocações ao Alentejo – nomeadamente a Albernoa, uma cidade maioritariamente idosa que não tinha médico no centro de saúde há um mês; e a Aljustrel aquando do anúncio do encerramento da fábrica das Pirites Alentejanas.

1.1 A Empresa

A história da TSF remonta há 28 anos. Uma rádio que começou como uma Cooperativa de Profissionais de Rádio que procuravam profissionalizá-la, resultando no desenvolvimento da única rádio exclusivamente de notícias no nosso país. Aproveitando o programa eleitoral do novo governo, que falava em reprivatizar a rádio, é criada a TSF – Rádio Notícias, em Março de 1981.

A Cooperativa de Profissionais de Rádio era constituída por Adelino Gomes, Albertino Antunes, António Jorge Branco, António Rego, Armando Pires, David Borges, Duarte Soares, Emídio Rangel, Fernando Alves, Jaime Fernandes, Joaquim Furtado, João Canedo, José Videira, Mário Pereira e Teresa Moutinho.

A 17 de Junho de 1984 realizou-se a primeira emissão “pirata”. Foram quatro horas de mensagens de apoio ao movimento das rádios livres, incluindo uma do então Presidente da República, Ramalho Eanes. Em Maio de 1987 inicia-se o primeiro dos cursos de formação da TSF, coordenado por Adelino Gomes.



A 29 de Fevereiro de 1988 vai para o ar a primeira emissão da TSF. Francisco Sena Santos noticia, às 7 da manhã, a “Paz no fisco durante três meses”. Uma emissão ainda “pirata”, apenas emitida em Lisboa, na frequência 102.7 FM. Emídio Rangel é o primeiro director e, posteriormente, em Julho de 1988, assume a presidência após alguma discórdia com alguns membros da cooperativa que, entretanto, a abandonam. A 25 de Agosto de 1988, arde a zona do Chiado, em Lisboa. A TSF faz a primeira das suas históricas coberturas jornalísticas, recebendo o seu primeiro prémio, entregue pelo *Clube de Jornalistas (Gazeta)*. A 8 de Setembro de 1988, é aberto um concurso para atribuição de alvarás e a TSF termina as emissões “piratas”. Em Novembro de 1988, a estação, em conjunto com outras rádios, organiza uma “cadeia nacional” como forma de pressão junto do governo.

A 20 de Março de 1989, a TSF regressa a Lisboa em 89.5 FM. Em Setembro, alia-se à *Rádio Nova*, do Porto, em cadeia nacional para os noticiários. Em meados de 1990, a TSF começa a ser ouvida em algumas regiões do Algarve, depois de um acordo com uma rádio de Albufeira.

Foi em Agosto de 1990 que o Iraque invadiu o Kuwait, levando a uma mobilização geral da redacção da TSF para mais uma cobertura histórica, desta vez, da “Guerra do Golfo” (a TSF é dos primeiros órgãos de comunicação social em todo o mundo a entrar no Kuwait libertado). A 1 de Julho de 1991, a TSF adquire a *Rádio Activa* (90.0 FM) passando, finalmente, a emitir também no Porto. Em Coimbra, a emissão da TSF substitui a da Rádio Jornal do Centro (tal como no Porto, com algumas horas de produção própria) mas, mais tarde, abandona outra vez a frequência para aí passar a ser transmitida a *Energia*, em Setembro de 1993. Em Abril de 1992, Emídio Rangel abandona a Direcção da TSF, para assumir a liderança da SIC, substituindo-o David Borges.

A 19 de Março de 1993, a empresa *Lusomundo* cria uma nova sociedade com a cooperativa (*Rádio Notícias*) para gerir o património da *TSF Rádio Jornal*. Em 1993, a *Projornal* e a FNAC vendem as suas posições



na *Rádio Jornal* ao empresário Gonçalves Pereira/*Interpress*. Em Junho de 1994, a TSF vive a sua primeira grande crise, com o despedimento de cerca de 20 trabalhadores. Em Fevereiro de 1995, o “Fórum TSF”, um programa cada vez mais conceituado na estação, passa a ser diário, depois de algumas emissões irregulares no ano anterior. Em Maio de 1995, David Borges demite-se e é substituído por Carlos Andrade.

Em Setembro de 1999, a TSF arrecada uma medalha dos Direitos Humanos, da Assembleia da República, ao fazer uma emissão especial durante 10 dias, a propósito da violência em Timor, a seguir ao referendo. Em 2000, a TSF (através da sua empresa-mãe, *Rádio Notícias*) lidera o “ranking JN” das empresas mais rentáveis de Portugal. Em Abril de 2000, a *Portugal Telecom*, através da *PT Multimédia*, adquire 48 por cento da *Lusomundo*, ao lançar uma Oferta Pública de Aquisição, acabando por comprar, ainda no mesmo ano, a totalidade das acções da *Lusomundo*.

Actualmente, a TSF-Rádio Notícias é propriedade da Control Investe e é a única rádio do grupo.

1.2 Estatuto Editorial da TSF

“A TSF – Rádio Jornal:

- é uma estação privada de radiodifusão que se orienta pelos princípios da liberdade, do pluralismo e da independência e se subordina à deontologia da Comunicação Social;
- (...) privilegia, no seu conteúdo, a informação isenta, rigorosa e maximamente objectiva, que possibilite e garanta a expressão e o confronto das diversas correntes de opinião, no respeito pelas pessoas e pelo interesse nacional;
- assume-se como independente de qualquer doutrina ou ideologia, do poder político e autárquico, de partidos ou associações políticas patronais, sindicais e profissionais, bem como de entidades económicas e financeiras, apenas respondendo perante a empresa de radiodifusão de que dimana;



- (...) reconhece o direito de resposta, nas condições legais, a qualquer pessoa cujo bom nome e reputação se possam considerar afectados por facto inverídico ou erróneo veiculado nas suas emissões;
- (...) preocupa-se com uma informação que distinga entre notícia e opinião e dê voz às partes em confronto, mediante a aplicação de critérios jornalísticos pela Redacção e, particularmente, pelo respectivo chefe.
- acata as normas deontológicas do Estatuto do Jornalista, respeitando as competências que a lei fixar ao Conselho de Redacção.” (Menezes, 2003: 20-21)

A TSF integra, actualmente, um dos mais importantes grupos multimédia portugueses – a ControllInveste – com actividade no campo do entretenimento e da comunicação social. É a única rádio de um conjunto diversificado de jornais, revistas, edição de livros e impressão gráfica.

1.3 O Estilo TSF

“No campo da especialização informativa, a TSF é uma rádio temática, mas cujas vinte e quatro horas de informação apresentam uma abordagem generalista, com diversidade de temas e espaço para os principais aspectos que compõem as notícias (nacional, internacional, cultural, desporto,...), emissão de música e outros aspectos não directamente ligados à informação noticiosa.” (Cordeiro, 2005:3)

O «estilo TSF» tem sido marcante para os media nacionais. A TSF detém alguns dos mais importantes momentos informativos da rádio em Portugal. Constrói, várias vezes, a agenda política e jornalística do país, pela facilidade que tem em contar «estórias» e, de uma forma particular, elaborar as notícias. A sua aptidão para prender o ouvinte é também muito conhecida. Frases como «tudo o que passa, passa na TSF» mostram a preocupação desta rádio em divulgar as notícias no imediato, com isenção, rigor e profissionalismo.



“Na TSF, o género (entrevista) é utilizado isoladamente e como fonte para a produção de outros géneros, transformando as informações recolhidas em notícias ou reportagens. A exigência do género obriga a variados cuidados na sua realização, por regra, observados pela equipa de jornalistas desta estação. O estilo jornalístico da TSF, caracterizado acima de tudo pela criatividade e liberdade de escolha, é notório nos directos e nos espaços da programação de entrevista, pela forma directa e pelo debate de ideias entre o jornalista e o seu convidado, deixando sempre, evidenciar o entrevistado e perseguindo a ideia de que é a ele que os ouvintes querem ouvir. Da entrevista informativa à entrevista de personalidade o género ocupa um importante espaço na programação da estação, bem como a reportagem.” (Cordeiro, 2005: 3-5)



2. A Questão a Aprofundar

A questão abaixo transcrita é a pergunta de partida de toda a minha investigação. Contudo, facilmente verifiquei a dificuldade que pode apresentar uma tarefa como analisar empiricamente a relação entre jornalistas e políticos e, noutra âmbito, o relacionamento dos jornalistas com os seus superiores hierárquicos. Optei por esta pergunta de partida, uma vez que entendi que está clara, pertinente e exequível, abrangendo basicamente todos os conceitos delineados:

“O jornalista vê limitado o seu dever de informar por parte dos políticos, por um lado, e dos seus superiores hierárquicos, por outro?”

Ao longo do meu estágio na TSF – Rádio Notícias, foram surgindo algumas dúvidas que fui colocando e outras que, talvez pela sua complexidade, continuaram por esclarecer. A que me suscitou mais interesse e dúvida está precisamente relacionada com esta relação entre jornalistas e políticos e entre jornalistas e os seus editores, directores e a sua administração.

Apesar da minha experiência se ter realizado em rádio, não pretendo cingir o meu estudo unicamente a este meio de comunicação. A minha intenção justifica-se pelo facto de terem surgido, ao longo da minha investigação, vários exemplos práticos que ajudam na minha pesquisa e que não se limitam apenas à rádio.



3. Relação Jornalista VS Político

Já não é de agora o relacionamento difícil entre os jornalistas e os actores políticos. Existem, por um lado, razões para se tornarem “cúmplices” e, por outro, motivos para entrarem em conflito. “Como profissionais, os jornalistas pretendem tomar as suas próprias decisões e receiam serem manipulados por parte dos políticos ou dos seus assessores. Por seu turno, os políticos receiam que os jornalistas deturpem as suas mensagens ou as voltem contra eles.” (Serrano, 1999: 8) Ambos têm em comum o facto de trabalharem para a população. Por um lado, os jornalistas trabalham para vender as notícias, para divulgar aos seus cidadãos aquilo que se passa no país e no Mundo. Por outro lado, os políticos dependem da população para se manterem no poder, angariando votos dos eleitores e é, principalmente, através dos media que a sociedade recebe as suas mensagens. Logo, temem que os jornalistas – aqueles que são os mediadores entre o político e a população – deturpem essas mesmas mensagens, voltando os eleitores contra si.

Ao provocarem a discussão de determinados temas, os jornalistas estão a desempenhar um papel importante na política. Os media intervêm na actividade dos governos, marcam a agenda, fazendo uma pressão constante sobre eles. No entanto, “apesar de os jornalistas serem, cada vez mais, actores políticos, os seus valores são diferentes e colidem muitas vezes com os valores políticos.” (Serrano, 1999: 8) Isto porque os media querem encontrar boas e novas «estórias» para contar. Seja sobre política, seja sobre qualquer outro tema. Precisam apenas de ser novidade e suficientemente interessantes para serem noticiadas.

Os jornalistas e os políticos precisam uns dos outros, dependem uns dos outros, mas por razões opostas. O jornalista quer obter informações que estejam na agenda para, assim, ajudar a formar a opinião pública. O político só diz o que lhe convém, quando lhe convém, enquanto o repórter faz de “pé de microfone” – expressão cada vez mais



comum entre os jornalistas quando são quase “ignorados” pelos políticos. Durante o estágio, muitas foram as ocasiões em que chamavam os jornalistas para conferências de imprensa e se limitavam a dizer o que queriam, não deixando espaço para perguntas. Uma vez que, a maior parte das vezes, essas conferências servem para divulgar novos projectos, o jornalista tenta, por outro lado, fazer com que o político fale sobre algum tema que esteja em voga na agenda. Em vão, porque o que consegue “do outro lado” é, na sua grande maioria, um grande silêncio, ou mesmo desprezo.

O trabalho do assessor de imprensa é, também, preponderante neste caso. Isto porque, uma vez que a sua função principal é estabelecer a ponte entre o jornalista e o político – o qual representa -, por vezes não é isso que acontece. Há situações até em que dificulta o trabalho. Durante o meu estágio foi-me possível perceber algumas situações em que isso aconteceu. Nomeadamente, após uma conferência de imprensa em que um ministro e a sua assessora estavam presentes, mas separados. O jornalista, querendo falar com o ministro, falou primeiro com a sua assessora, ao qual ela respondeu que ele não falava. No entanto, o jornalista insistiu e foi falar-lhe directamente. O ministro, não só falou abertamente, como não ofereceu resistência alguma.

O assessor de imprensa deve ser um facilitador do papel do jornalista. Contudo, nem sempre é isso que se verifica. Por vezes, os assessores não representam legitimamente o seu papel, quando deveriam auxiliar o jornalista. O seu êxito deve-se, em grande parte, à necessidade que os jornalistas têm de notícias. No entanto, isso não quer dizer que ambos têm os mesmos interesses. Pelo contrário, verifica-se um conflito entre os assessores e os media, por exemplo, o desenvolvimento de pressões com o intuito de alterar a seu favor o trabalho do jornalista. Pressões essas que podem desencadear-se de várias formas: políticas, económicas, através do corte de publicidade, por exemplo.

Os assessores de imprensa recorrem até por vezes, a estratégias



com o intuito, não de mentir, mas de omitir informações, fazendo passar a mensagem por outras palavras e contornando a verdade da forma que mais convém à sua entidade patronal. É ético esconder do jornalista alguma informação importante para proteger unicamente o cliente? Não é destes assessores de imprensa que o jornalista precisa, mas sim daqueles, que também pode encontrar, que ajudam o jornalista a entrar em contacto com o seu cliente, ou se tal não for possível, a auxiliar no que lhe for necessário e executável por parte do assessor.

Analisando, por este ângulo, a relação do jornalista com o político e o seu assessor, não estará o jornalista a passar por nova forma de censura? Este conceito foi sempre ligado ao poder político. O seu significado baseia-se no corte, na proibição da informação por parte do Estado, de todos os dados que o comprometam, que não podem ser revelados. Hoje, vivemos num país livre, que respeita o direito de expressão, de opinião, que não pratica esta forma de censura falada anteriormente.



4. A Censura na imprensa

Podemos dizer, felizmente, que não existe actualmente uma “censura prévia”. Aquela em que havia uma comissão antecipadamente escolhida pelo Governo, que apreciava os artigos e apenas autorizava a serem publicados aqueles que não eram contra o Governo. “Essa, não há. Mas não haverá outras? Outras formas de censura? Outras formas de censura...«prévia»? Outras formas de evitar que determinadas pessoas ou correntes tenham acesso à palavra escrita, falada ou vista, nos grandes meios de comunicação?” (Castrim, 1996: 8-9)

Em lado nenhum do mundo a imprensa nasceu livre politicamente. Surgiu, pelo contrário, nas “monarquias absolutas que se reclamam do direito divino e cujo espírito não tinha chegado à liberdade de vender as notícias ou exprimir opiniões que não fossem conformes à verdade revelada e à razão de Estado. É a Igreja romana, dotada neste aspecto de uma experiência secular, que os monarcas atribuíram um sistema de controlo que exerciam juntamente com ela. Os meios, bastante eficazes na sua simplicidade, reduziam-se a dois: a autorização prévia (privilégio ou licença) e a censura a priori. Estas medidas aplicavam-se a todos os escritos, impressos ou não, livros ou periódicos.” (Alves, 2005:99)

Havia, nessa altura, duas versões antagónicas para a intervenção do Estado nos media. Se, por um lado, pretendia impor um limite à liberdade de expressão, por outro, queria surgir como defensor do pluralismo e da liberdade de expressão. No séc. XIX, os apoiantes do Estado defendiam-no, exultando o seu papel como promotor da instrução pública, da criação de hábitos políticos e da formação cívica. Os historiadores concordam que foi ainda no séc. XIX, que a imprensa adquiriu a sua independência, lutando contra o poder do Estado. Porém, não chegam a um consenso quanto ao tipo de independência alcançada:



se terá sido jurídica, económica ou financeira. A publicidade foi fundamental para libertar a imprensa do controle do Estado, uma vez que as suas receitas permitiram reduzir os subsídios oficiais. Pode dizer-se também que os “jornais financeiramente independentes se tornaram grandes órgãos de serviço público que deram poder ao povo e tornaram o governo responsável” (Serrano, 1998: 5)

Em Portugal, não foi diferente. No Estado Novo, “em todos os postos emissores de rádio, públicos e privados, e na RTP, os textos de todos os programas eram previamente sujeitos a análise censória, de que se encarregavam quer as estruturas próprias dessas empresas, quer os censores oficiais lá destacados para o efeito.” (Azevedo, 1999: 74) Na Emissora Nacional e na Radiotelevisão Portuguesa, os respectivos presidentes eram nomeados pelo próprio Presidente do Conselho, Oliveira Salazar – a partir de 1969, por Marcelo Caetano -, e eram escolhidos por serem da sua total confiança. Nas rádios privadas, nomeadamente na Rádio Renascença e no Rádio Clube Português, os seus directores assumiam que eram alvo de censura por parte do Governo.

Nestas condições, a oposição não tinha hipótese de alcançar as emissoras nacionais ou privadas, nem nos períodos de campanha eleitoral a que, supostamente tinham direito. Desta forma, os media continuaram a ser dominados ao longo dos anos pelo salazarismo e, mais tarde, pelo marcelismo, trabalhando sempre ao dispor dos interesses do poder e legitimando a ditadura. Era também o Estado que atribuía as frequências. A rádio era, nessa altura, apenas um instrumento para distrair a população e fazer esquecer a situação que o país atravessava. “O grande objectivo da programação centrava-se na função de entretenimento, estabelecendo uma comunicação radiofónica pouco original, através de programas que procuravam acima de tudo, distrair os ouvintes dos verdadeiros problemas que afectavam a nação.” (Prata, 2006: 2)



Actualmente, o tipo de influência exercida sobre os media é um pouco mais subtil. Passa pela construção da agenda pública, evidenciando temas que lhes interessam e provocando ou evitando debates sobre determinados assuntos. O domínio da comunicação social e da informação depende cada vez mais dos interesses económicos, reflectindo, segundo Fernando Correia (2006: 112), uma nova hierarquia de poderes da nossa sociedade. O poder político submete-se ao económico, e “os media (aparentando agora ser o primeiro poder, depois de parecer que seriam o quarto ou um contrapoder) não detêm senão um poder delegado, concedido e gerido pelo poder económico dominante (através da propriedade das empresas, da publicidade, dos circuitos de distribuição, do domínio das principais fontes de informação, etc.), no quadro dos limites que a este mais convém”.

Apesar disso, os media não se limitam a fazer o que o poder económico e, consecutivamente, o político querem. Os políticos devem dar a devida importância aos jornalistas, uma vez que estes têm um importante papel na actividade governamental. Os media têm a capacidade de forçar o tratamento de temas importantes para a sociedade e que não ganhavam o impacto que mereciam se não surgissem como «temas quentes» nos meios de comunicação social. Têm a sua forma de trabalhar, a sua autonomia e o seu tempo, que é muito “precioso”. “As horas de fecho, as linguagens próprias de cada suporte mediático, as imposições da concorrência (com a busca obsessiva da notícia em primeira mão e do sensacional) não se compadecem com certas filosofias e práticas do poder vigente que, deste modo, entram por vezes em contradição com a lógica dos media.” (Correia, 2006: 112)

O papel dos media nas culturas ocidentais face ao poder político, passou de uma fase de reverência, para uma outra em que os jornalistas começaram a criticar o comportamento dos políticos ao invés de apenas fazer a cobertura dos eventos que organizavam ou divulgar notícias que a estes dissesse respeito. Este facto fez com que os cidadãos estivessem



mais atentos à vida política, obrigando os políticos, especialmente os governantes, a gerir as reacções da opinião pública. Os jornalistas colocaram-nos sob constante vigilância, através de sondagens, por exemplo, analisando a sua capacidade de aceitação ou rejeição. Os políticos recorreram, então, à criação de eventos destinados a atrair os jornalistas para «terrenos» em que possuíssem um maior controlo e influência. É aquilo a que Boorstin denomina de «pseudo-eventos». Eventos estes que não são espontâneos, uma vez que foram planeados. Existem para serem cobertos pelos media, numa tentativa de os fazer esquecer acontecimentos que os políticos não dominem ou não queiram que venham a público.

O Estado passa a produzir cada vez mais imagens e sons, alimentando a “necessidade” de notícias que, dia a dia, consomem os media, ávidos de “estórias” interessantes e exclusivas. O Estado torna-se um criador de eventos, distraíndo os jornalistas para outros campos, talvez com o intuito de esconder o que convém que seja ocultado. “Nos EUA, Roosevelt (...) tornou-se um fazedor de pseudo-eventos e de sound-bites que enchiam as primeiras páginas dos jornais, transformando as conferências de imprensa, habitualmente rituais sem interesse, na maior instituição nacional fazedora de notícias.” (Serrano, 1999: 3-4) Roosevelt colaborava com os jornalistas ajudando-os a construir as notícias, mas orientando os temas da forma que mais lhe convinha.

É a chamada “cultura da sala de imprensa” que origina, também, o estreitamento das relações entre os jornalistas e o poder político. Baseia-se no convívio diário entre os jornalistas e as suas fontes, especialmente em época de campanha eleitoral, o que leva a uma relação de quase amizade que se manifesta na forma como comunicam uns com os outros e na familiaridade que os jornalistas estabelecem com as suas fontes. Cria-se uma inevitável dependência dos jornalistas face às suas fontes quando estes acontecimentos se realizam, aliados ao profissionalismo de quem os organiza, à pressão que o jornalista sofre quanto ao tempo de



que dispõe e à própria natureza do trabalho. Uma dependência que é visível, por exemplo, no transporte e na alimentação dos jornalistas quando as campanhas se realizam fora da sua área de residência.

O jornalista americano Timothy Crouse (Serrano, 1999: 13) conta, por exemplo, como é a vida dos repórteres que cobrem as campanhas presidenciais americanas: são destacados para seguir um candidato durante semanas ou meses. Fazem tudo juntos, comem, bebem, comparam apontamentos. Quando chega a altura de redigir as notícias, acabam por escrever todos o mesmo, pois ouviram as mesmas coisas, os mesmos boatos, leram os mesmos comunicados.

“Toda a gente denuncia o «jornalismo de pacote» mesmo os que incluem o «pacote». Todos consideram isso uma manipulação e prostituição em cada campanha.” (Serrano, 1999: 13) Contudo, encontramos, também, a cultura da sala de imprensa na cobertura de grandes reuniões internacionais. Os jornalistas nem sempre têm acesso ao que se discute nessas reuniões e verifica-se, nessa altura, uma grande afluência nas salas de imprensa. Aí, a informação é conseguida através de confidências ou «briefings» dos políticos que participam nas reuniões ou de funcionários que foram, eles próprios, objecto de «briefing». Uma vez que o tempo de que os jornalistas dispõem nestas situações é muito escasso, estes raramente conseguem confirmar os dados, acabando todos por assimilar as mesmas informações, alguns dos quais dando apenas um toque pessoal ao texto. “É sintomática a quantidade de «briefings» e conversas «informais» que decorrem durante essas reuniões. As salas de imprensa são, nestes eventos, os locais mais frequentados pelos políticos e seus staffs.” (Serrano, 1999: 13)

De facto, apesar de todas as críticas de que os media são alvo, o que é certo é que continuam a ser os primeiros a serem procurados para divulgar algum acontecimento. “Nunca foram tão solicitados como no próprio momento em que são alvo das mais duras críticas. (...) Todos sabem que os jornais reflectem menos a realidade do que a



representação que criaram, mas na verdade todos querem marcar a presença. «Passar na televisão» passou a ser uma etapa aceite como necessária para «existir.» (Aubenas, 2002: 11)

Neste âmbito, os políticos dependem dos jornalistas na medida em que não podem criar eventos que lhes tragam visibilidade se os jornalistas não os divulgarem. É como se estes acontecimentos não existissem. No entanto, são os próprios jornalistas a admitir que concedem demasiada atenção a esses eventos. Mas cumprem o seu trabalho, cientes de que a primeira e principal missão de um jornal é produzir notícias actuais e procurar novas e boas «estórias» para informar os seus cidadãos. “A desproporção entre o que os cidadãos necessitam de saber e o que podem saber é cada vez maior. Essa desproporção cresce com o aumento da capacidade de esconder e orientar a informação por parte do poder.” (Serrano, 1999: 5) Os jornalistas tentam compensar esse crescimento procurando novos temas para noticiar. Desta forma, tornam-se também, geradores de notícias, criam os tais pseudo-eventos. Ou seja, fazem “render as notícias”, tornando os políticos a sua fonte principal, questionando-os com o intuito de lhes “arrancarem” novos ângulos, novas «estórias», solicitando-lhes comentários. Para saberem o que pensam e o que fazem, os jornalistas acabam por promover as suas relações com os políticos. Esta situação faz com que os cidadãos não saibam distinguir o que é ou não a realidade.

“Recentemente, alguns intelectuais criticaram de forma contundente a convivência entre os jornalistas e os círculos do poder. Na sua opinião, já nem há necessidade de luta de influências, no sentido tradicional: governantes e gente dos media pertencem ao mesmo mundo, cujos interesses e decisões ambos muito naturalmente defendem, cada um à sua maneira. (...) Se a imprensa faz escolhas, obedece forçosamente a uma estratégia, sofrida ou desejada.” (Aubenas, 2002: 13-14)



Essa estratégia – sofrida ou desejada – faz com que Aubenas (2002: 40) se questione porque é que a imprensa fala de uns assuntos e não fala de outros. O autor considera que apesar de, em alguns casos particulares se tratar de uma possível censura, a norma tem a ver com uma nova lei no mundo da comunicação. Nova lei esta que se baseia no facto de que a imprensa fala daquilo que falam os cidadãos. E os cidadãos baseiam-se naquilo de que falam os media.

Desta forma, nunca a imprensa foi tão reveladora como é actualmente. Veja-se o caso Freeport que envolveu, e ainda hoje envolve, a imagem do Primeiro-Ministro José Sócrates. A TVI divulgou, em exclusivo, este acontecimento que passou, desde então, a fazer parte da agenda mediática, ao suscitar o interesse de toda a população. O caso remonta a 2002, quando Sócrates era Ministro do Ambiente. Este, alegadamente, alterou o plano de um terreno, em Alcochete, onde não era possível construir, pois estava numa Zona de Protecção Especial da Reserva Natural do Estuário do Tejo. A multinacional irlandesa RJ McKinney pretendia construir o maior outlet a “céu aberto” da Península Ibérica. Contudo, o então ministro, alegadamente, tornou possível essa construção, alterando os limites dessa mesma zona protegida. O caso Freeport está a ser investigado e promete ainda muitos desenvolvimentos.

Os cidadãos estão, portanto, cada vez mais informados sobre os seus dirigentes. No entanto, continuam a lamuriar-se, não estando completamente satisfeitos com isso.

“Longe de se sentirem saciados quando novas revelações lhes são servidas, torcem o nariz e gritam ainda mais alto que lhes escondem tudo. Desencadeou-se uma espiral de impotência e frustração. Quando mais a imprensa agita a luz, mais o resto do mundo se queixa da obscuridade.” (Aubenas, 2002: 74).



5. O poder da Comunicação Social

Muito se especula sobre o poder da comunicação social e se esta manipula a informação deliberadamente ou sob pressão. Nuno Rebocho interroga-se, “por exemplo: num jornal qualquer (da imprensa, da rádio ou da televisão), como se alinham títulos numa página? (...) O que se noticia e não se noticia? O que se diz e o que se omite? Independentemente da bondade dos profissionais, nada disto é inocente porque é, sempre é, condicionado.” (Carvalho, 1999: 14-16)

Teun van Dijck (2005: 79) diz que uma das melhores formas de manipular a informação importante é evidenciando-a, seja no relato noticioso, em títulos, leads, ou mesmo fotografias. Pelo contrário, diz também que se a intenção for dar menos ênfase a certos assuntos, poderão colocar essa informação menos saliente ou mesmo omiti-la da notícia.

Surge então aquilo a que Ignacio Ramonet chama de «censura democrática», uma nova forma de censura que foi surgindo e que, opondo-se à censura autocrática, deixa de se basear na omissão ou no corte, na amputação ou na proibição das informações, passando a apoiar-se no excesso, na acumulação de informações. “O jornalista é literalmente asfixiado, sente-se soterrado por uma avalanche de dados, de relatos, de processos – mais ou menos interessantes – que o mobilizam, o ocupam, preenchem todo o seu tempo e, tal como os engodos, o distraem do essencial. Além do mais, isso encoraja a sua própria preguiça, pois já não tem que procurar a informação, esta vem ter com ele sem esforço.” (Ramonet, 1999: 29)

É o chamado «feito-biombo». Divulga-se um acontecimento para omitir outro. Uma informação serve para ocultar outra informação. “Assim, (...) Clinton procurou desviar a atenção dos media dos seus assuntos pessoais com Monica Lewinsky tornando a alimentar



artificialmente as tensões militares na região do Golfo na Primavera de 1998, bombardeando depois o Sudão e o Afeganistão em Agosto e reacendendo, em Dezembro de 1998, o conflito contra Bagdad.” (Ramonet, 1999: 31)

Verifica-se uma grande diferença entre o que se vivia há alguns anos e o que se vive agora. A informação deixou de ser uma matéria rara. Por isso se dizia que quem detinha a informação detinha o poder. Foi o que aconteceu, por exemplo, na Guerra do Golfo em que se desencadearam uma série de manipulações e operações de censura, “um verdadeiro discurso de propaganda. (...) Os media não disseram: «Vai haver uma guerra e não vamos mostrá-la»; pelo contrário, disseram: «Vão ver a guerra em directo.» E mostraram tantas imagens que toda a gente acreditou que estava a ver a guerra. Até que percebemos que não estávamos a vê-la, que essas imagens mascaravam silêncios; que essas imagens eram, quase sempre, falsas, montagens, logros.” (Ramonet, 1999: 47-49) Imagens essas que foram manipuladas. A manipulação consiste na divulgação de desinformação, na adulteração de uma informação objectiva. Em que evita a formação de uma opinião pública independente, para criar uma opinião pública deformada. Uma opinião pública viciada por omissão de factos.

Estes factos levam a que o cidadão não saiba se o que lhe estão a dizer é verdadeiro ou não. Anteriormente, era visível a censura, as imagens e informações que eram ocultadas. Toda a gente sabia que era isso que acontecia. Havia até jornais que publicavam páginas com espaços em branco para mostrar que a censura tinha proibido certas informações. “Agora que a situação já não é essa, que a censura já não é visível, precisamos de desenvolver um esforço de reflexão ainda maior para conseguirmos compreender os novos mecanismos em que ela assenta.” (Ramonet, 1999: 50)



6. Teorias Desenvolvidas

Cria-se, então, uma tarefa difícil para os cidadãos – a de perceber se devem continuar a acreditar ou não naquilo que falam os media. Esta relação entre a comunicação social e a população fez com que se desenvolvessem diversas teorias para a compreender. Uma delas foi «a teoria *hipodérmica*» de Lazarsfeld que se baseava num modelo linear de comunicação que negligenciava a capacidade que as sociedades e, mais particularmente, os indivíduos teriam de possuírem as suas próprias defesas perante as mensagens dos media e de filtrarem a informação que eles transmitiam. Lazarsfeld demonstrou que os efeitos dos media “são atenuados por processos selectivos de atenção, de percepção e de memória” (Mesquita, 2004: 79-80). Efeitos estes que dependem de aspectos como a idade, a história familiar, a tendência política dos destinatários das mensagens. “Este paradigma rompeu com a «representação do impacte dos media como total, imediato e sem mediação», defendendo que a respectiva «influência é um processo que leva tempo e que a conversa sobreviveu nas sociedades modernas...»”. (Mesquita, 2004: 79-80)

Desenvolveram-se, a partir dos anos 70, nos Estados Unidos da América e na Alemanha Federal, respectivamente, a teoria do *agenda-setting* e a teoria da «espiral do silêncio». A corrente do «agenda-setting» defende que os media, apesar de nem sempre terem êxito ao dizer às pessoas o que devem pensar, têm sempre sucesso ao transmitirem em que assuntos devem pensar. Ou seja, são os meios de comunicação social que determinam quais os temas pertinentes, a dada altura, numa sociedade e numa época específica. O «agenda-setting» baseia-se, portanto, no estabelecimento da ordem do dia. “De acordo com um dos fundadores da corrente, Maxwell McCombs, «a ideia base do agenda-setting afirma a existência de uma relação directa e causal entre o



conteúdo da agenda dos media e a subsequente percepção pública de quais são os temas importantes do dia.» (Mesquita, 2004: 79-80)

Em paralelo surgiu, então, a teoria da espiral do silêncio, de Elizabeth Noëlle-Newmann. Esta teoria não se baseia apenas na hipótese de um cidadão informado, capaz de desenvolver pensamentos razoáveis e correctos, mas também na função de controlo social que se baseia no medo ao isolamento. Medo esse que desenvolveria a “espiral do silêncio”, ou seja, a tendência das pessoas para se remeterem ao silêncio, não expondo em público a sua opinião sobre determinado assunto quando se sentem em posição minoritária. Surge então o papel dos media nesta teoria. As pessoas informam-se sobre o que se passa na sociedade através de duas fontes: a sua observação directa e a informação que recebem através dos meios de comunicação social. Estes “influenciam a percepção individual do que pode dizer-se ou fazer-se sem perigo de isolamento”. (Mesquita, 2004: 81-82) Ao mesmo tempo, os media ajudam também as pessoas a escolher determinadas palavras e frases que as irão ajudar a defender as suas opiniões, os seus pontos de vista sobre determinado assunto. Quando estas não encontram frases, expressões que sejam coincidentes com os seus pontos de vista, essas pessoas remetem-se ao silêncio, isolando-se.



7. O Poder de Influência dos Media na População

A comunicação social tem um grande poder de influência na democracia. É certo. A informação é indispensável para uma boa evolução da sociedade e só é possível existir uma sociedade democrática com uma informação livre e uma boa rede de comunicação. É graças a essa informação livre que o ser humano vive como tal.

Se é certo que os media têm um grande poder de influência na formação da agenda, influenciando a opinião pública, informando-a, dizendo-lhe em que pensar e como pensar, torna-se fundamental que a comunicação social tenha liberdade para o fazer. Chomsky (2003: 19) atreve-se a dizer que “as pessoas, a grande massa, são demasiadamente estúpidas para perceberem as coisas. Se tentam participar na condução dos seus próprios assuntos, vão mesmo causar perturbações. Portanto, seria imoral e inconveniente permitir-lhes que o façam.”

Teun van Dijk (2005: 74-75), tem uma concepção um pouco mais reservada. Apesar de concordar que os media têm um poder “simbólico e persuasivo” controlando, até certo ponto, aquilo em que pensam os cidadãos, por outro lado, considera que estes não têm o poder de controlar directamente as suas acções. A autora defende que a população não têm um papel passivo, uma vez que mantém a sua autonomia e independência, utilizando como bem entenderem os meios de comunicação de massa. Desta forma, “qualquer que seja o poder simbólico dos media, pelo menos alguns dos seus utilizadores serão de forma geral capazes de «resistir» a tal persuasão.” (Dijk, 2005: 74-75)

O «Fórum TSF» – programa com uma grande audiência na TSF – Rádio Notícias – é um programa que defende a “democracia da antena aberta”, uma vez que permite ao público a troca de ideias sobre os mais variados temas da agenda mediática. É um espaço de discussão onde as pessoas podem dar a sua opinião. Um programa interactivo onde podemos ouvir todo o tipo de pessoas, encontrar públicos diferentes, em



que as opiniões não têm que ser necessariamente as mesmas. O «Fórum TSF» tem uma abordagem rigorosa e esclarecedora, reflectindo, em cada programa, acerca de um tema diferente, que interesse aos seus ouvintes. Um programa que tem impacto na agenda pública pela importância que dá aos temas da actualidade. “Por depender da própria agenda pública, consolida os temas em debate e reproduz os critérios que inscrevem ou excluem os temas em discussão, razão pela qual se sabe que o «Fórum» consegue ter influência no aparelho político do país.” (Cordeiro, 2005: 6)

Outra forma dos meios de comunicação social incentivarem o público a expressar a sua opinião é através do jornalismo online. É através das sondagens, inquéritos, fóruns, chats, etc, que os media permitem ao público dar a conhecer publicamente as suas ideias. Actualmente, torna-se também possível para os cidadãos aceder facilmente ao correio electrónico dos vários órgãos de comunicação para lhes transmitir determinadas informações ou simplesmente para comunicar directamente com um jornalista que tenha escrito algum trabalho particular. “Não é mesmo invulgar ver as máquinas de comunicação dos diferentes governos utilizar, de forma mais ou menos discreta, a gestão de informação para «apalpar o terreno», no que diz respeito às reacções que tal medida poderá desencadear e, assim, eventualmente reformular os projectos iniciais.” (Pinto, 2003: 4)



8. O Poder Dentro dos Media

Segundo Fernando Correia (2006: 22), apesar de todo o poder que é remetido aos media sobre a opinião pública, poder este umas vezes encarado como positivo, outras nem tanto, não é só do impacto e dos efeitos que os media têm sobre a população que devemos falar. Até porque este poder é relativo uma vez que cada pessoa tem a sua família, os seus amigos e outros factores que influenciam tanto ou mais as opiniões e os actos de cada um. O que é indispensável falar aqui é de outro poder intrínseco ao dos media que, umas vezes, ajuda, outras prejudica, a sua força. “O poder dos media está condicionado e não pode ser analisado independentemente do poder de quem manda nos media.” (Correia, 2006:22) Podem haver aqui dois tipos opostos de pressão por parte de quem manda nos media. Um primeiro que se limita a pressionar o jornalista a cumprir com a linha editorial do meio de comunicação, e outro que diz respeito a uma qualquer pressão exercida por alguém externo ao órgão, com o intuito de pressionar a divulgar ou a omitir alguma informação.

“...Porque como registou o (antigo) Presidente da República Jorge Sampaio «Noventa por cento dos jornalistas inquiridos afirmam ter sofrido pressões e quase metade fala de pressões internas no órgão de comunicação social em que trabalha».” (Carvalho, 1999: 29)

Essas pressões poderão jogar para os dois lados da balança. Por um lado, os editores, directores, ou mesmo os administradores do órgão de comunicação, podem pressionar o jornalista, reforçando a pressão exercida por parte da fonte política, neste caso específico que estamos a tratar. Por outro lado, os seus superiores podem aperceber-se da pressão política e jogar no sentido inverso, pressionando o jornalista a divulgar a notícia com honestidade, rigor e exactidão, ignorando as pressões exteriores que possam advir, e exultando as questões éticas que estão sempre presentes na profissão.



Mas se a pressão por parte dos superiores hierárquicos do jornalista vier para reforçar a pressão política, então o caso torna-se grave. “Na realidade, contam-se pelos dedos os jornalistas ou colaboradores com uma visão anti-Poder vigente. O modo que preside ao acto de contratação não será um acto de censura...prévia? (...) E se de uma Agenda não consta sistematicamente a cobertura das acções de uma personagem ou de um partido, não será isso uma forma (muito «democrática»...) de censura?” (Castrim, 1996: 8-9)

Está, desta forma, o jornalista com condições para cumprir o seu dever de informar a população, divulgando-lhe notícias fidedignas, com rigor, exactidão e honestidade?

“Para a chamada Comunicação Social (...), existem Altas Autoridades, Conselhos de Opinião, Conselhos de Redacção, comissões parlamentares, sindicatos, «provedores dos leitores» - jogo limpo. Existem também assessores, brainstormings, lobbies, gabinetes, outras regras. E uma informação viciada, cada vez mais viciada.” (Carvalho, 1999: 14-16)

Mas esta é uma sociedade de aparências, em que os jornalistas estão impotentes, uma vez que lhes foi conferido um “poder supremo de não terem poder algum – senão um quarto poder, ou seja, exactamente o último”.

Mas podemos contar com uma entidade que os protege, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social. A sucessora da Alta Autoridade para a Comunicação Social regula e supervisiona todas as actividades de comunicação social em Portugal. Compete à ERC “assegurar o respeito pelos direitos e deveres constitucional e legalmente consagrados, entre outros, a liberdade de imprensa, o direito à informação, a independência face aos poderes político e económico e o confronto das diversas correntes de opinião, fiscalizando o cumprimento das normas aplicáveis aos órgãos de comunicação social e conteúdos difundidos e promovendo o regular e eficaz funcionamento do mercado em que se inserem.”



Há ainda a consciência de uma classe e dos seus sindicatos de jornalistas em que devemos confiar. Uma classe que deve agir eticamente, resistindo a ameaças de emprego, à corrupção, a pressões políticas. Os provedores dos leitores, os conselhos de redacção deverão ser, também, uma mais-valia para que isso aconteça. Mas os jornalistas acabam por fazer parte de uma empresa económica, como as outras. Ou seja, precisa do seu capital para se manter firme. E para isso, precisa de mostrar resultados como a quota das receitas de publicidade, o share das tiragens ou audiências, os dividendos monetários, a eficácia da informação para os demais interesses do seu grupo.



9. A Fragilidade da Comunicação Social

Sempre se acreditou na veracidade das informações divulgadas pela imprensa. Basta lembrar da altura em que esta tinha uma grande capacidade de revelar casos de corrupção na política. O caso Watergate, em que os republicanos esconderam microfones para espiar os democratas na sua sede eleitoral com o mesmo nome, é um exemplo disso. Dois jornalistas do Washington Post divulgaram este caso de abuso de poder, demonstrando como podiam derrubar o Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. Este tinha ordenado “escutas telefónicas, assaltos por arrombamento, incêndios; tinha mandado espancar manifestantes. Nunca houve nada parecido na nossa História. Nem antes, nem depois de Nixon». (Ramonet, 1999: 41-43)

Contudo, essa crença indiscutível na imprensa está um pouco fragilizada, havendo até quem diga que as notícias que revelam são falsas ou, no mínimo, suspeitas. Porque terá havido esta mudança no papel dos media? Se se inverteu esse papel, não estará o poder dos media a funcionar ao contrário? A verdade é que, após os anos de glória do jornalismo, surgiram casos lamentáveis em termos deontológicos. É exemplo disso o escândalo da reportagem ficcionada por Janet Cook no Post, em 1981, ou as manipulações do jornalismo televisivo na Revolução Romena, em 1989, ou da Guerra do Golfo, em 1991. Casos estes que mancharam a imagem gloriosa que incidia sobre os media nos anos 70.

Actualmente, por mais esforços que se façam para voltar aos anos de glória, a tarefa torna-se difícil. Ao contrário do que acontecia nesses tempos, em que se vangloriava a comunicação social porque divulgava casos de corrupção que mais ninguém conseguia descobrir. Agora, faz-se o mesmo e acontece o contrário...coloca-se em causa se essas investigações e consequentes divulgações terão mesmo um fundo de verdade.



“Em todo o período do pós-guerra, o facto de «revelar» foi, para a imprensa, uma glória e um dever sagrado. Desvendar as engrenagens secretas de um caso judicial ou as manipulações ocultas de um regime era defender a liberdade de opinião, lutar pela democracia. (...) Este empenhamento baseava-se, e continua a basear-se, na convicção de que uma denúncia pública leva forçosamente a uma mudança das coisas.” (Aubenas, 2002: 9) O mesmo acontece, actualmente, com o caso TVI. Tudo começou quando Moniz abandonou a estação. A partir daí, houve uma série de desenvolvimentos que culminaram com o fim do “Jornal Nacional” da TVI. A suspensão do bloco informativo apresentado por Manuela Moura Guedes fez cair a direcção de informação que alegou que este era um atentado à liberdade de informação. Consecutivamente, o caso que decorreu três semanas antes das legislativas, transformou-se num caso político quando a oposição insinuou que houve a intervenção do Governo, o que o Primeiro-Ministro José Sócrates rapidamente veio desmentir. Logo depois, a direcção de informação da estação demitiu-se, alegando que este era um atentado à liberdade de informação. As opiniões dividem-se. Uns dizem que o afastamento de Manuela Moura Guedes do ecrã foi uma mais-valia para a estação de televisão, uma vez que a jornalista não representava bem a classe de jornalistas. Outros dizem o contrário: que é um atentado à democracia e à liberdade de expressão e de informação e acusam o Estado de se intrometer, uma vez que José Sócrates, há pouco tempo, acusou a TVI de perseguição, não só no caso Freeport mas em todos os outros casos que a estação de televisão divulgou e que colocavam em causa a imagem do Primeiro-Ministro. José Sócrates disse até que a estação era a sua maior inimiga/adversária.

Quem tem razão? Os que estão do lado dos jornalistas ou os que estão do lado de quem acabou com o Jornal Nacional de Sexta? Está a ser negada aos jornalistas a capacidade de servir os cidadãos, de lhes dizer o que se passa na sociedade, de divulgar casos de alegada corrupção que



envolvem o seu país. O Jornal Nacional da TVI acabou mas, o que é certo é que se não houvesse investigação por parte dos jornalistas desta estação, todos estes casos não teriam vindo ao de cima. O Caso Freeport, os casos de pedofilia na Casa Pia, entre muitos outros casos, talvez não tivessem agora em tribunal como, de facto, estão. Todos estes foram casos divulgados em exclusivo pela TVI. A divulgação da realidade está a ser negada. É aqui que surge o papel da Entidade Reguladora da Comunicação. É esta entidade que deve proteger os jornalistas nestes casos. É para isso que ela existe. A ERC fez correr um processo urgente de averiguações sobre o caso e aguardam-se desenvolvimentos.

Chomsky (2003: 9) interroga-se sobre o papel dos media na política contemporânea. Questiona-se se vivemos mesmo numa sociedade democrática.

“Uma concepção de democracia pretende que uma sociedade democrática é aquela em que as pessoas dispõem de meios que lhes permitem participar de maneira significativa na condução dos seus próprios assuntos e em que meios de comunicação social, os media, são abertos e livres. (...) Uma concepção alternativa de democracia afirma que as pessoas devem ser impedidas de conduzir os seus próprios assuntos e que os meios de informação devem ser estreita e rigidamente controlados. Isto deve parecer uma estranha concepção de democracia, mas é importante compreender que é esta a concepção dominante.” (Chomsky, 2003:9)

Será que foi isso que aconteceu no caso do Jornal Nacional da TVI? É este um atentado à democracia? Estamos nós numa sociedade democrática? Por um lado, o Código Deontológico diz-nos:

“O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados,



ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.”

Por outro lado, diz-nos:

“O jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a esses direitos.”

No Jornal Nacional o que acontecia? Encontrávamos aqui notícia e opinião no mesmo acto informativo como dizem uns? Ou pode-se dizer que houve uma tentativa de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar ao acabar com o Jornal Nacional da TVI? Há uma espécie de fragilidade na deontologia do jornalismo. J. Clement Jones (Cornu, 1994: 113) considera que “uma deontologia da informação não constitui só por si uma panaceia”. No máximo é uma espécie de corrimão, que apoia o imprudente que se afastou do seu caminho e o orienta até ao trilho certo da confiança nas suas responsabilidades.

O papel dos Conselhos de Imprensa é, também, ambíguo, na medida em que é um órgão criado pelo Governo ou por “pretensos representantes do público” (Cornu, 1994: 115), com tendência, portanto, a pender a sua balança para o lado do poder. Podem, desta forma, prejudicar o bom funcionamento dos media, mesmo quando estes cumprem as regras deontológicas que os caracterizam.

Mas retomando o possível atentado à democracia, o Código de 1993 diz:

“«O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo[...]» (nº2). Acrescenta ainda que é seu dever lutar contra «[...] as tentativas de



limitar a liberdade de expressão e o direito a informar» (nº3), bem como «divulgar as ofensas a esses direitos» (ibid.).” (Pina, 1997: 77)

A investigação jornalística não deve servir os interesses de ninguém. Mas, o que aconteceria se não tivesse havido investigação? As pessoas continuariam enganadas. No caso Freeport, que curiosamente foi divulgado pela TVI está agora em tribunal. E a verdade é que, entretanto, mal Moniz saiu da estação, o telejornal que divulgou esse e muitos outros casos, acabou. Não será demasiado flagrante? Há esse direito de acabar com o telejornal de um dia para o outro?

A Entidade Reguladora para a Comunicação Social acusou, ainda este ano, a TVI de falta de rigor e isenção. De lembrar que a ERC recebeu mais de 10 queixas contra o Jornal Nacional de Sexta e pediu à estação que fosse mais honesta e imparcial nas suas publicações, abandonando o carácter opinativo de que era acusada.

Contudo, aquando do final deste Jornal, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social apressou-se a abrir um processo de averiguações aquando da suspensão do Jornal de Sexta da TVI pela administração, a Media Capital. A ERC diz, então que, "perante a situação descrita e a eventual violação de valores com dignidade constitucional, de que é exemplo a liberdade de imprensa, o Conselho Regulador delibera, no âmbito das suas atribuições relativas à defesa do 'livre exercício do direito à informação e à liberdade de imprensa', a imediata abertura, com carácter de urgência, de um processo de averiguações".

Em Outubro, a ERC divulgou o resultado das investigações considerando que a suspensão do “Jornal Nacional” de Manuela Moura Guedes contrariou a lei e lesou as competências próprias da direcção de informação. A ERC reprovava, desta forma, o que diz ser a “interferência” da administração da TVI.



Esta foi uma conclusão aprovada por unanimidade, decidindo a ERC abrir um novo processo com o intuito de apurar se existiu realmente ingerência do poder político ou económico.

Um caso com duas faces que só as entidades competentes poderão classificar e julgar.



10. Definição do Modelo de Análise

Ao longo da minha investigação foi-me possível perceber que, não obstante o tipo de pressão que possa ser exercida, ninguém é inocente neste meio. Uns porque querem elaborar notícias fidedignas e actuais para informar o público. Outros porque querem conquistar os eleitores para chegar ao poder, transmitindo-lhes mensagens, através dos media, fazendo promessas e chamando a atenção dos media que são quem lhes são notoriedade e projecção.

Desta forma, a primeira hipótese de trabalho que me interessava verificar seria:

H1 : O jornalista tem a sua liberdade de informar limitada por pressões que podem ser exercidas: pelos editores, directores e administradores; pelos políticos; pelos assessores de imprensa.

Paralelamente, e directamente ligada à primeira hipótese, surgiu uma segunda, pois acreditando à partida que existem, efectivamente, pressões que limitam ao jornalista a liberdade de informar, são sempre casos especiais pois a classe de jornalistas conta com uma entidade reguladora que existe para proteger o jornalista, mas também para o sancionar se for caso disso. Assim, apareceu a segunda hipótese:

H2: Os jornalistas consideram que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social os pode assistir na reclamação por liberdade de informar.

10.1 Grelha de Análise

São as declarações acima descritas que ajudam à recolha dos dados necessários e à elaboração do Modelo de Análise. Como resultado da fase exploratória, foi possível alcançar os indicadores, as dimensões e



os conceitos delineados no modelo. Os indicadores apresentados exibem todos os aspectos negativos, ou não, por que passam os jornalistas quando o que está em questão é a sua liberdade de informar. É através destes que será possível definir se a classe de jornalistas está, realmente, em condições de cumprir o seu papel que é o de informar a população, certificando-se de que o que divulga é verdadeiro, fidedigno e honesto.

Limitação do Dever de Informar	Políticos	<ul style="list-style-type: none">• Relação cooperante/conflituosa• Influência do político na obtenção de informação• Relação jornalista/político comparativamente com outros profissionais• Imposição do poder político• Casos de imposição do poder político
	Assessores de Imprensa	<ul style="list-style-type: none">• O assessor de imprensa dificulta/facilita a relação do jornalista com o político
	Entidades patronais: editores, directores, administradores	<ul style="list-style-type: none">• Pressão do editor• Casos em que houve pressão do editor• Pressão do director• Casos em que houve pressão do director• Pressão da administração• Casos em que houve pressão da administração
	Entidade Reguladora para a Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none">• Exposição do problema à entidade reguladora em casos de pressão política• Apoio ou não da entidade reguladora em caso de pressão política
	Código Deontológico e Código de Ética do Jornalista	<ul style="list-style-type: none">• Cumprimento ou não do código de ética e do código deontológico• Casos de incumprimento do código de ética e do código deontológico
	Caso Prático: Caso TVI	<ul style="list-style-type: none">• Opinião do jornalista face a este caso prático



10.2 Caracterização da Grelha de Análise

Assim, os indicadores baseiam-se, em primeiro lugar, na relação entre jornalistas e políticos. Aqui, a análise apoia-se na influência do político na obtenção de informação, ou seja, se este interfere no trabalho, exercendo, ou não o seu poder, pressionando o jornalista para seu proveito. Na mesma linha de pensamento, pareceu pertinente incluir o papel dos assessores no relacionamento dos media com os políticos. Aqueles que deveriam ser sempre uma ponte entre ambos, por vezes, interferem negativamente, dificultando a obtenção de informação.

De seguida, pretendo analisar se as entidades patronais também interferem no trabalho do jornalista. Por um lado, influenciando-o, a não ceder a pressões externas, e consecutivamente, a cumprir com o seu código de ética ou, por outro, a agravar a pressão externa, neste caso, política.

Continuando na obtenção dos dados necessários à sua verificação, importa saber se o jornalista se sente “protegido” pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social em caso de a liberdade de informar estar a ser negada ao jornalista. Desta forma, é importante, também, averiguar se o jornalista está em condições para cumprir o seu código de ética e deontologia quando as suas condições de trabalho não são as melhores.

Uma vez que, actualmente, temos assistido a vários exemplos de investigação jornalística que divulgam vários casos de corrupção envolvendo políticos, pareceu-me pertinente incluir na minha análise um caso prático. O caso do jornal da TVI é um exemplo bem conhecido que se baseia, como já foi referido, no afastamento da jornalista Manuela Moura Guedes desse telejornal. Afastamento este que suscitou várias polémicas uma vez que vários jornalistas surgiram a acusar o Primeiro-Ministro José Sócrates de ter interferido nesta situação pois este era um



espaço que divulgava vários casos mediáticos de alegada corrupção no meio político e em que Sócrates estaria, alegadamente envolvido.

10.3. Análise dos Resultados

Os inquéritos realizaram-se através do envio de e-mails às redacções ou directamente aos jornalistas nacionais, regionais e locais, de imprensa, rádio e televisão. Os e-mails foram enviados durante o mês de Setembro de 2009. Contudo, o feedback não foi, de todo, o previsto e a amostra é um pouco reduzida. Senti uma grande dificuldade em obter uma amostra significativa da população jornalística, uma vez que do envio de cerca de 260 e-mails, obtive 51 respostas. Contudo, apesar de serem um número reduzido, não diminuem a sua importância, apenas são insuficientes para uma boa amostra que represente de forma fidedigna a classe jornalística. No entanto, cingir-me-ei a estes resultados que, apesar de tudo, acabaram por desenvolver respostas interessantes.

De salientar, também, é o facto de ter encontrado algumas dificuldades no acesso directo aos jornalistas. Isto é, uma vez que uns sites tinham o e-mail directo dos jornalistas, e outros, apenas o e-mail da redacção, talvez as respostas tenham ficado ainda mais condicionadas. Por exemplo, poderia, num caso ou outro, ter sido o chefe de redacção a responder e, muito provavelmente, não iria admitir que condiciona o trabalho dos jornalistas da sua equipa. Para além dessa limitação, surgiu uma outra. A identificação dos jornais ou revistas como locais, regionais ou nacionais. Uma vez que prometi confidencialidade, tratei os dados como eles me surgiram, ou seja, confidenciais. Dessa forma, apesar de considerar que essa identificação seria importante para o tratamento de dados, já que é diferente o jornalismo local, regional ou nacional, não me foi possível aceder a esses dados, infelizmente.

As perguntas do inquérito basearam-se nos conceitos desenvolvidos ao longo da investigação e no modelo teórico elaborado para o efeito. Desta forma, as perguntas assentaram no relacionamento dos jornalistas



com os políticos, no facto deste já ter ou não sentido pressão política e em que situações. O inquérito passou também pela possibilidade de o jornalista sentir que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social protege ou não o jornalista. Os inquiridos foram também confrontados com o facto de terem sido alguma vez pressionados pelos seus superiores hierárquicos. Além disso, foram questionados sobre o papel dos assessores políticos como facilitadores ou não da obtenção de informação por parte do jornalista e sobre a sua opinião acerca do fim do Jornal de Sexta da TVI.

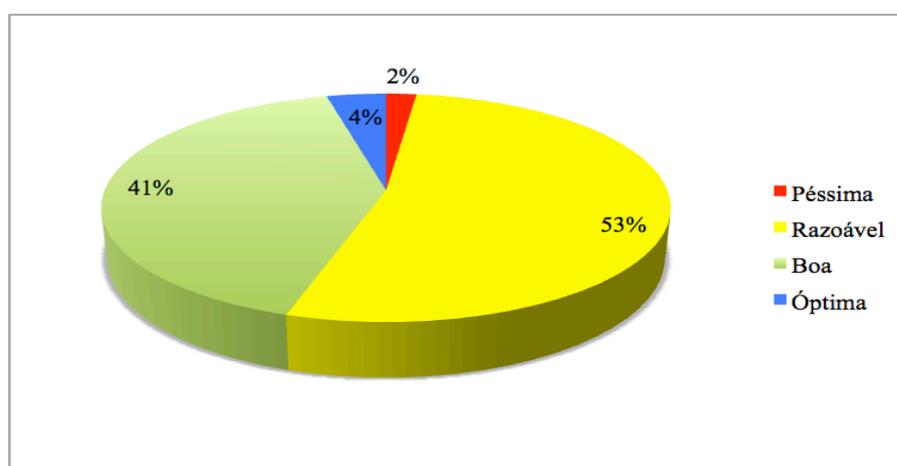


Ilustração 1 - Relação Jornalista/Político

Desta forma, a primeira conclusão pertinente é a da relação profissional que o jornalista mantém com o político. Foram poucos os que consideraram a relação “óptima” ou “pésima”. Cerca de 94% por cento avaliam-na como “razoável” (53%) ou “boa” (41%). Contudo, há ainda uma mínima percentagem (4%) que considera ter uma “óptima” relação profissional com os políticos. E apenas 2% diz que tem uma “pésima” ligação.

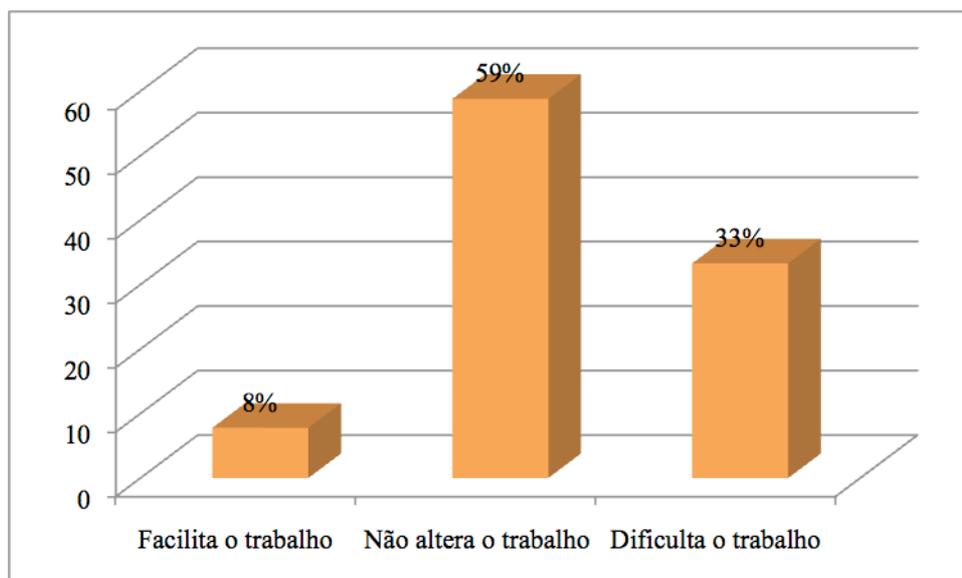


Ilustração 2 - Comparativamente com indivíduos de outras áreas, o político geralmente...

Pareceu, também pertinente, abordar os inquiridos sobre o seu relacionamento com o político, comparativamente com indivíduos de outras áreas. Nesse aspecto, quase 60% respondeu que, nessa comparação, o político é idêntico aos outros indivíduos, ou seja, não altera o trabalho do jornalista. Por outro lado, 33% admite que considera que o político dificulta a obtenção de informação, contra os 8% dos inquiridos que diz que facilita.

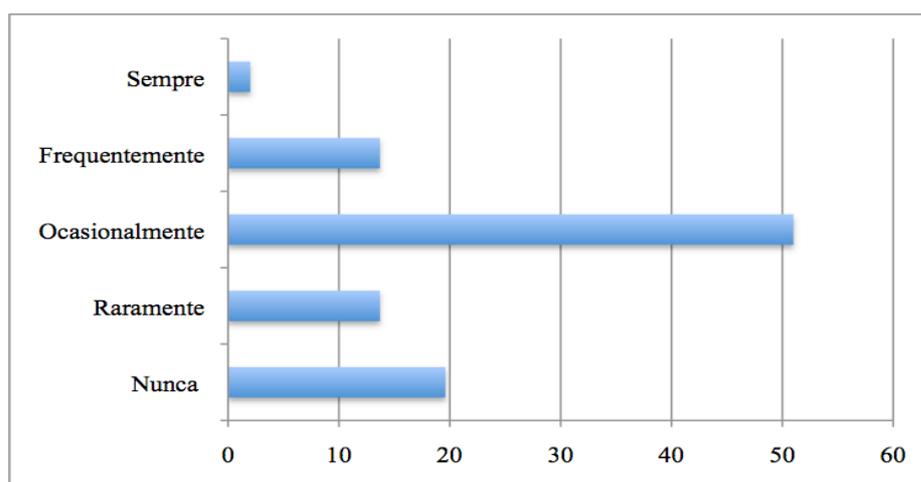


Ilustração 3 - Pressão Política

No que concerne às pressões políticas que o jornalista poderá sofrer, as opiniões dividem-se. A sua grande maioria (mais de 50%)



responde que “ocasionalmente” terá sido pressionado por políticos, enquanto cerca de 13% “raramente” foi pressionado e outros 13% admitem que foram “frequentemente” pressionados. Apesar de 20% dos inquiridos ter dito que “nunca” foi pressionado, os restantes (por volta de 75%) admitem já terem sido pelo menos uma vez vítimas de pressão política. Não obstante a amostra ser reduzida e não poder ser uma representação ambiciosa, poderei dizer, embora com cautela, que a percentagem de jornalistas que já se sentiram pressionados é relativamente grande.

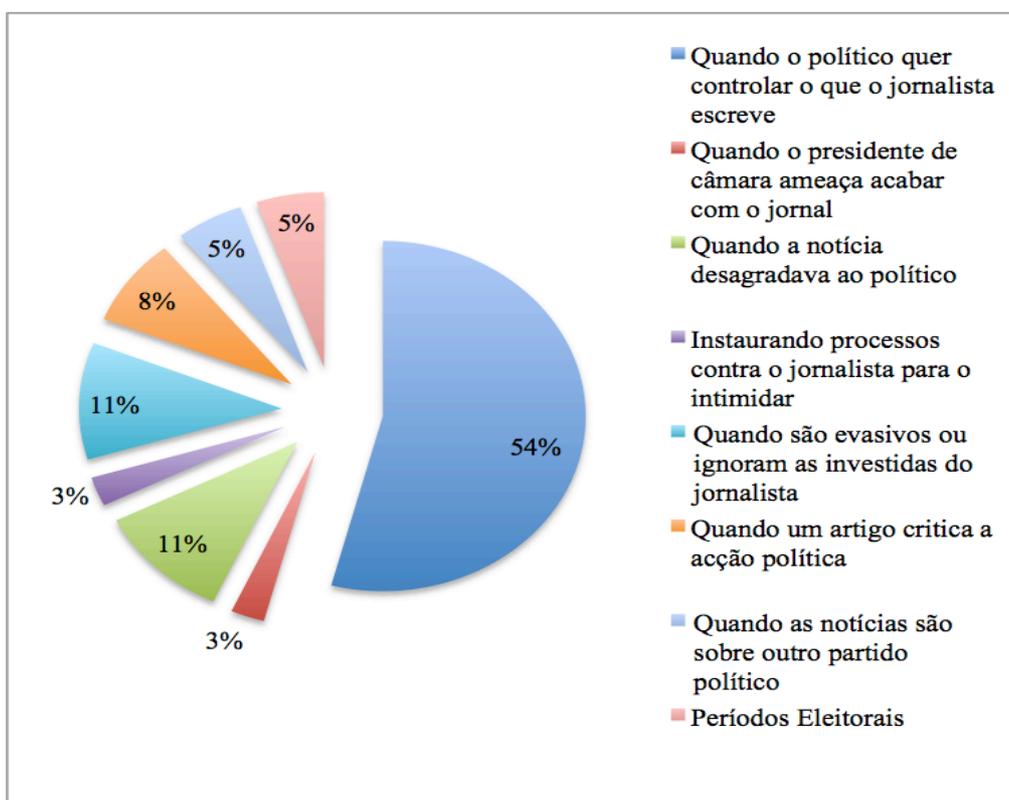


Ilustração 4 - Casos de Pressão Política

Cingindo-me, neste gráfico aos cerca de 75% dos jornalistas que admitiram terem sido pressionados pelo poder político, são várias as conclusões. A sua grande maioria (54%) considera ter-se sentido pressionado quando o político tentou controlar o que o jornalista escreve. Por exemplo, tentando sugerir o ângulo de abordagem da notícia de forma a favorecê-lo. Por outro lado, outros inquiridos (11%) sentiram uma

certa pressão quando foram ignorados pelo político ou quando este foi evasivo, não correspondendo às investidas do jornalista. 11% foram abordados pelo político quando a notícia o desagradava.

8% dos jornalistas confirmaram que foram pressionados quando o artigo que tinham escrito criticava alguma acção política. 5% dos inquiridos considerou que foi vítima de pressão em períodos eleitorais e o mesmo número quando as notícias eram sobre outro partido político. Em menor número (3%), surgiram também outras opiniões, um pouco mais graves, nomeadamente, quando: o Presidente da câmara ameaçou acabar com o jornal em causa, quando as notícias eram sobre outro partido político, quando o próprio político instaurou um processo contra o jornalista de forma a intimidá-lo.

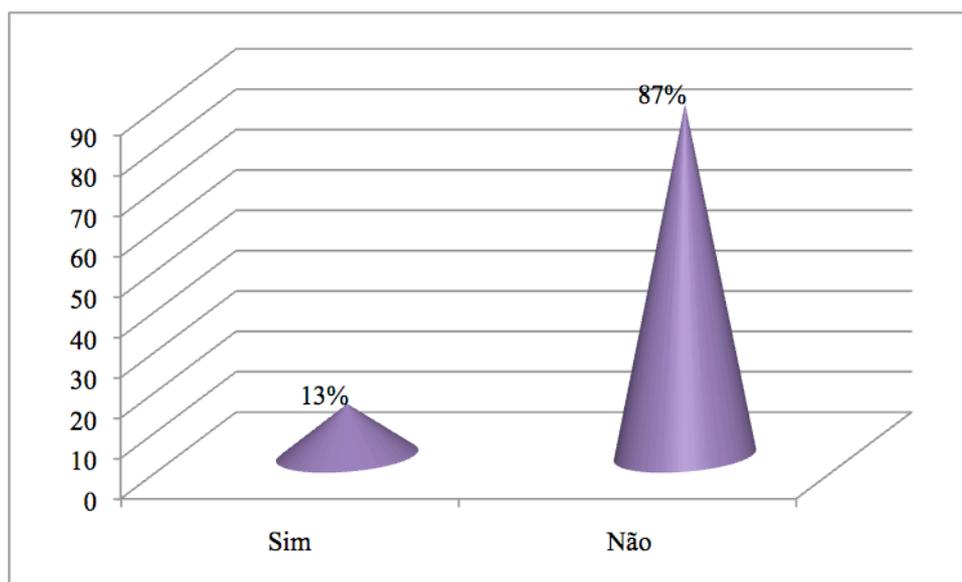


Ilustração 5 - Em caso de pressão, o jornalista apresentou o caso à ERC?

Assim, em casos de pressão, o jornalista foi confrontado com o facto de ter ou não apresentado a situação à Entidade Reguladora para a Comunicação. Contudo, a resposta foi quase unânime. Quase 90% dos jornalistas responderam que “não” apresentaram o caso contra os 13% que disseram que “sim”. Esta resposta talvez vá de encontro à pergunta que vinha a seguir que era “Sente que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social assegura a protecção da classe dos jornalistas?”

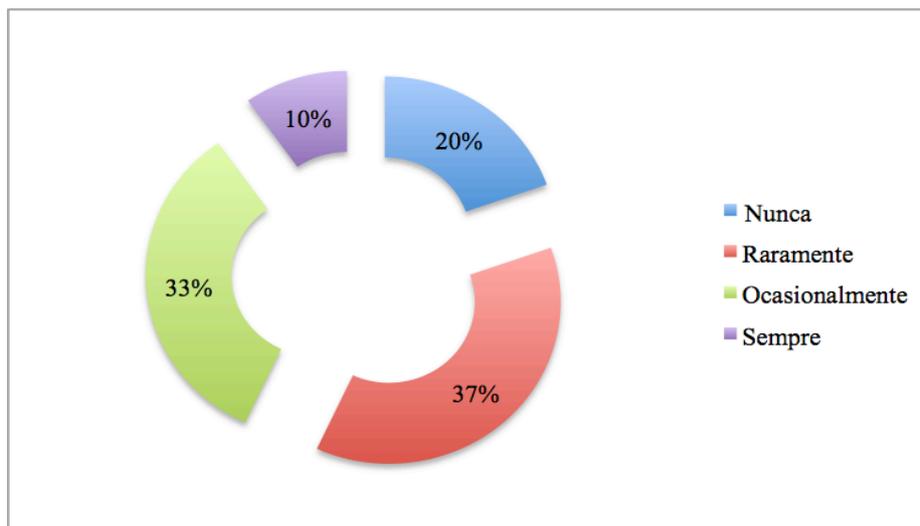


Ilustração 6 - O jornalista sente que a ERC protege a classe

Desta forma, os resultados parecem interessantes, na medida em que os jornalistas parecem um bocado divididos nesse aspecto. Por um lado, a maioria, 37% considera que a ERC “raramente” protege o jornalista. Por outro, cerca de 33% já diz que esta entidade protege, “ocasionalmente” os media. Contudo, apesar de 10% dos inquiridos terem respondido que a ERC protege “frequentemente” os jornalistas, são mais (quase 20%) aqueles que dizem que esta entidade “nunca” protege a classe.

Parece um número bastante elevado tendo em conta que a Entidade Reguladora da Comunicação existe precisamente para resolver todo o tipo de questões relacionadas com a comunicação social. Não só em casos de mau trabalho do jornalista, mas quando se trata de o jornalista ter sido impedido de, alguma forma, de fazer o seu trabalho. Contudo, e apesar de a amostra ser reduzida, é ainda um número bastante significativo aquele que não vê na ERC uma “protectora da classe”.

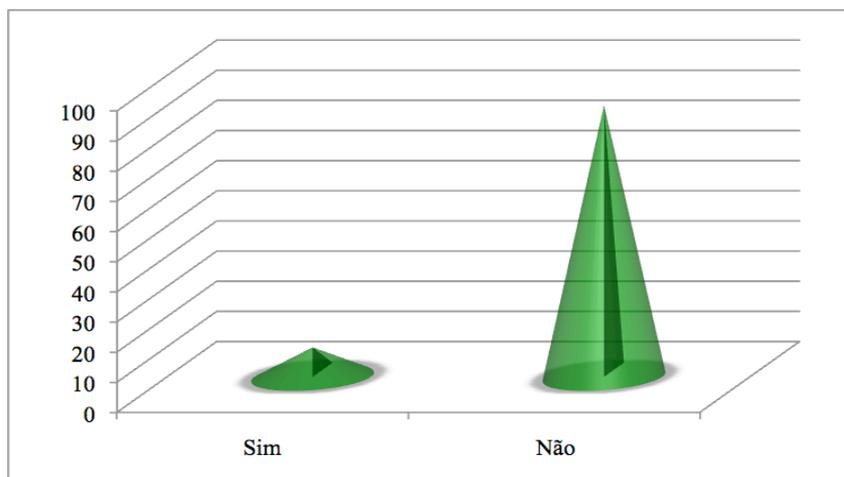


Ilustração 7 - Jornalista sem condições para cumprir os Códigos Deontológico e de Ética?

Na sequência desta análise, apesar de muitos inquiridos já se terem sentido pressionados e não sentirem qualquer protecção da ERC nesse aspecto, a quase absoluta maioria, 90%, considera ainda assim, que nunca se sentiu sem condições para cumprir os Códigos Deontológico e de Ética do Jornalista.

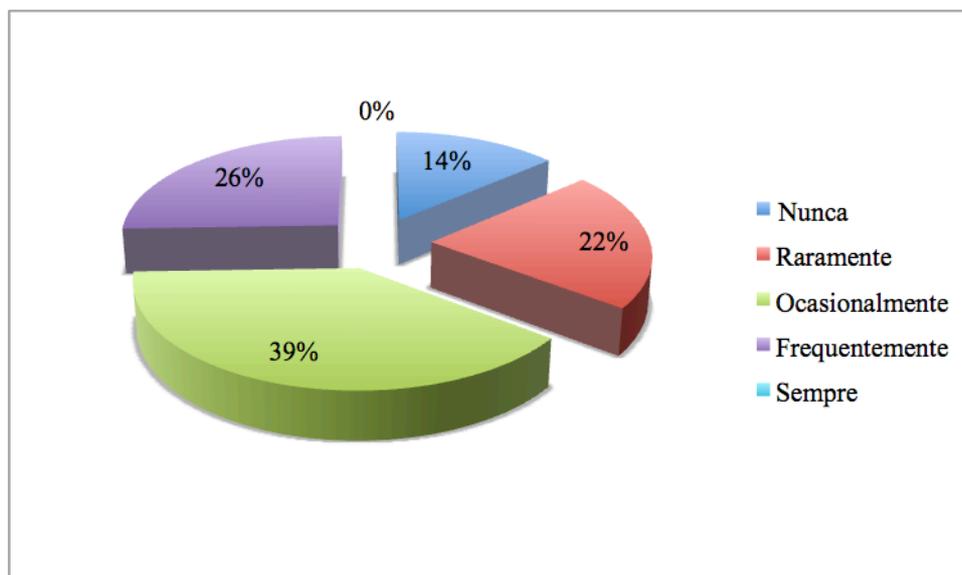


Ilustração 8 - O assessor de imprensa dificulta o relacionamento jornalista/político?



No que concerne ao papel do assessor de imprensa, as opiniões também se dividem bastante. Uma minoria, 14% diz que “nunca” sentiu que o assessor de imprensa lhe dificultava o trabalho. Nessa sequência, cerca de 22% considera ser, também, raro isso acontecer. Por outro lado, 39% acha que o assessor de imprensa “ocasionalmente” se interfere negativamente no relacionamento entre o jornalista e o político, impedindo o jornalista de fazer o seu trabalho. Ainda 26% diz que o assessor de imprensa, aquele que representa o político e deve estabelecer a ponte entre o seu cliente e o jornalista, servindo de mediador entre ambos, dificulta “frequentemente” essa relação, não fazendo, então o que lhe compete.

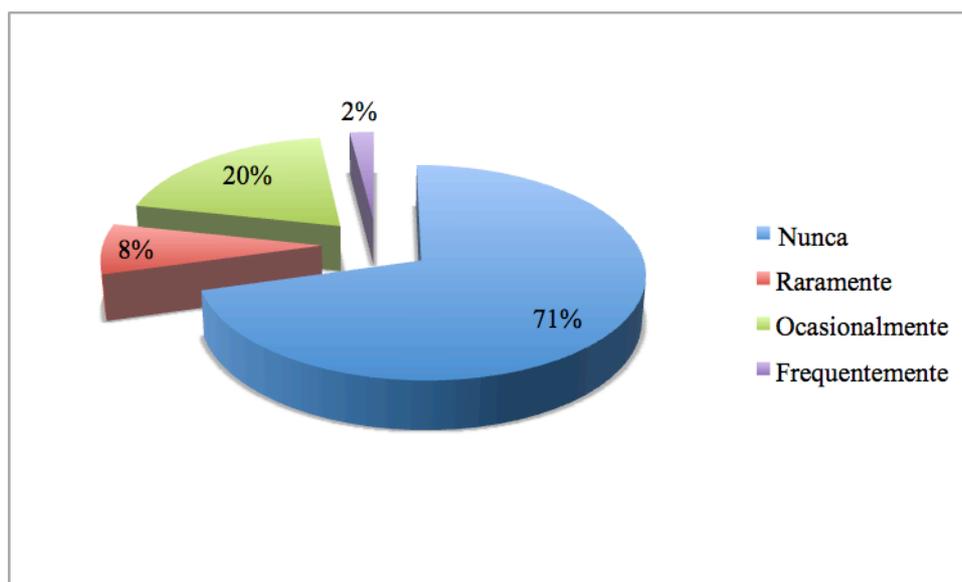


Ilustração 9 - Jornalista pressionado pelo seu editor

Há ainda a possibilidade de o jornalista ter sido alguma vez pressionado pelo seu editor. Como se pode analisar no gráfico 9, 71% dos inquiridos diz que “nunca” sofreu esse inconveniente por parte do seu editor. Contudo, ao todo, são 30% aqueles que admitiram que o foram, pelo menos, uma vez. Dos 30%, 20% responderam “ocasionalmente”.

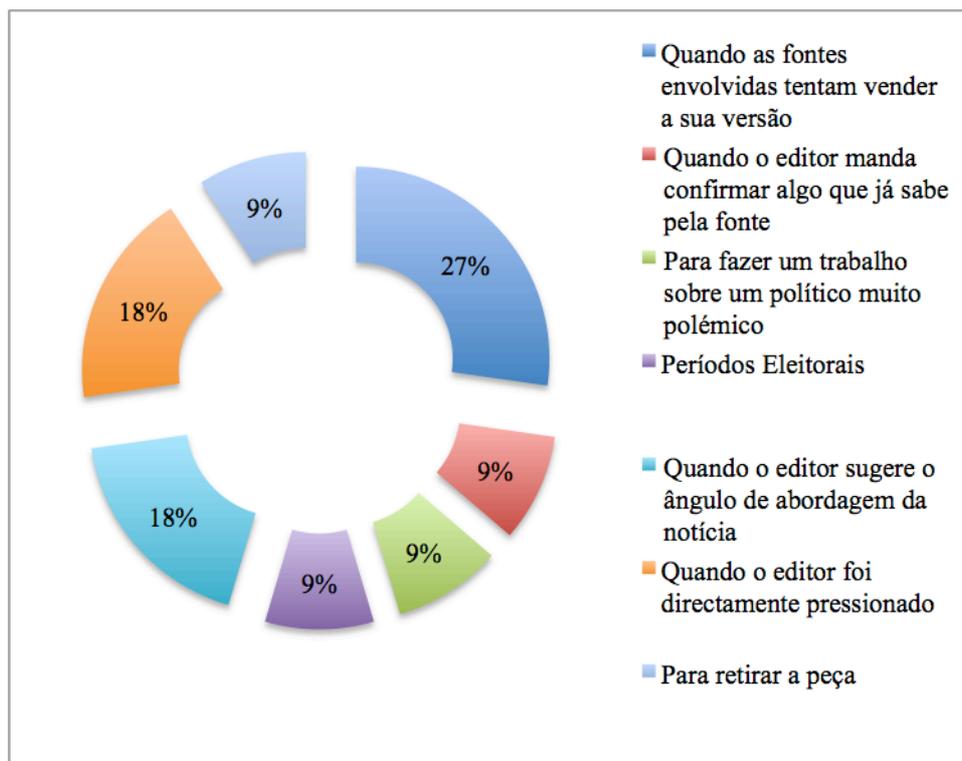


Ilustração 10 - Casos em que o jornalista foi pressionado pelo seu editor

Dos inquiridos que admitiram já terem sido pressionados pelos seus editores, 27% responderam que isso aconteceu quando as fontes envolvidas tentaram vender a sua versão. 18% considera que foi pressionado pelo editor devido a outras pressões exercidas directamente ao editor. A mesma percentagem, 9%, respondeu que foi pressionado pelo seu editor: para fazer um trabalho sobre um político muito polémico; para confirmar uma notícia que este já havia confirmado directamente na fonte; para retirar uma peça ou em períodos eleitorais.

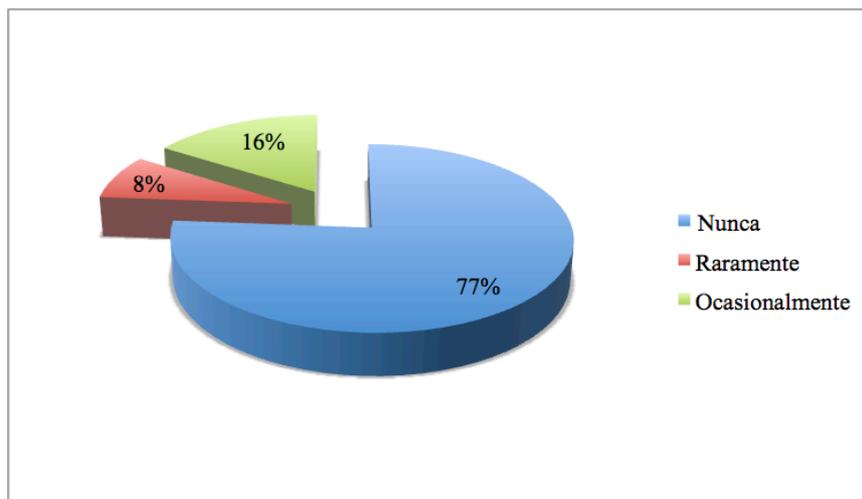


Ilustração 11 - Jornalista pressionado pelo seu director

No que concerne a pressões exercidas sobre o jornalista pelo seu director, são um pouco parecidas com as conclusões acerca das praticadas pelo editor. 77% “nunca” se sentiram pressionados, enquanto 16% já o foram “ocasionalmente” e 8% consideram que isso “raramente” aconteceu.

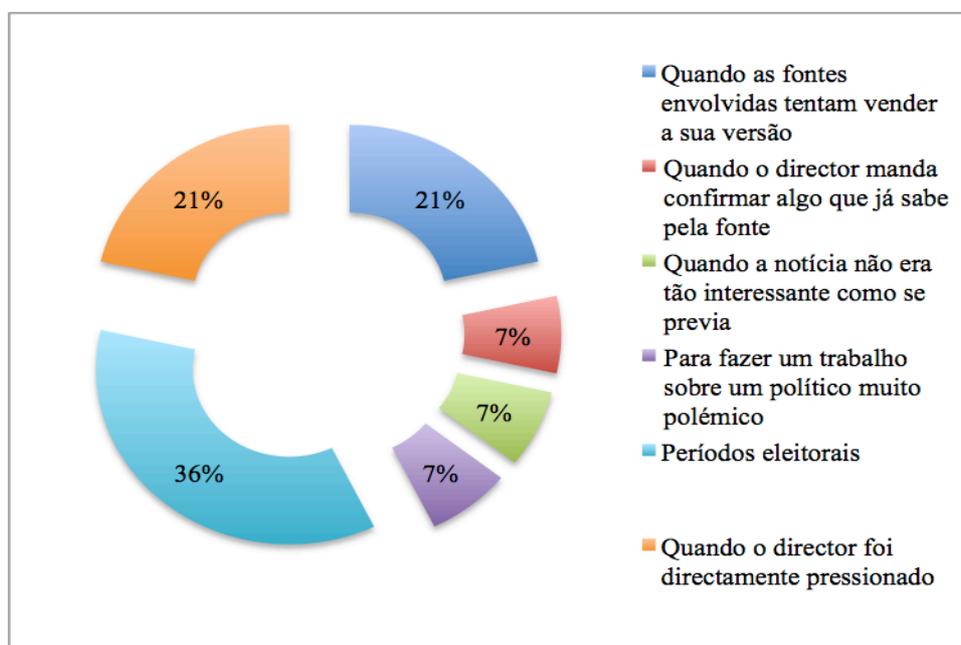


Ilustração 12 - Casos em que o jornalista foi pressionado pelo seu director

Relativamente à pressões propriamente ditas, 36% dizem que aconteceram aquando durante as eleições, enquanto 21% diz que sucederam quando o director foi directamente pressionado, ou quando as

fontes envolvidas tentaram vender a sua versão. Uma minoria – 7% - admite que foi pressionada quando o director mandou confirmar algo que já sabia antecipadamente pela fonte, quando a notícia não era assim tão interessante ou para fazer um trabalho sobre um politico muito polémico.

Verifiquei que algumas respostas de pressões por parte do editor e do director eram muito idênticas mas isso deveu-se ao facto de – e muitos disseram-me mesmo isso – os editores e os directores eram os mesmos, principalmente em jornais ou rádios locais.

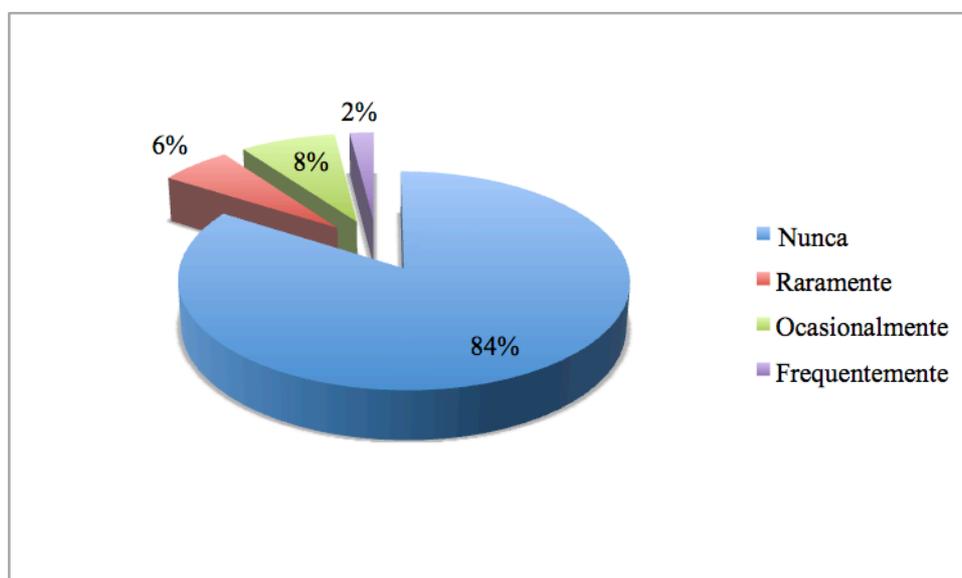


Ilustração 13 - Jornalista pressionado pela administração

No que concerne a pressões por parte da administração, os resultados foram um pouco diferentes. A grande maioria – 84% - respondeu que nunca foi pressionado pelo administrador da empresa onde trabalhava. Contudo, uma pequena minoria, de 2%, considera que isso já aconteceu frequentemente. Cerca de 15% diz que já foi pressionado “ocasionalmente” ou “raramente”.

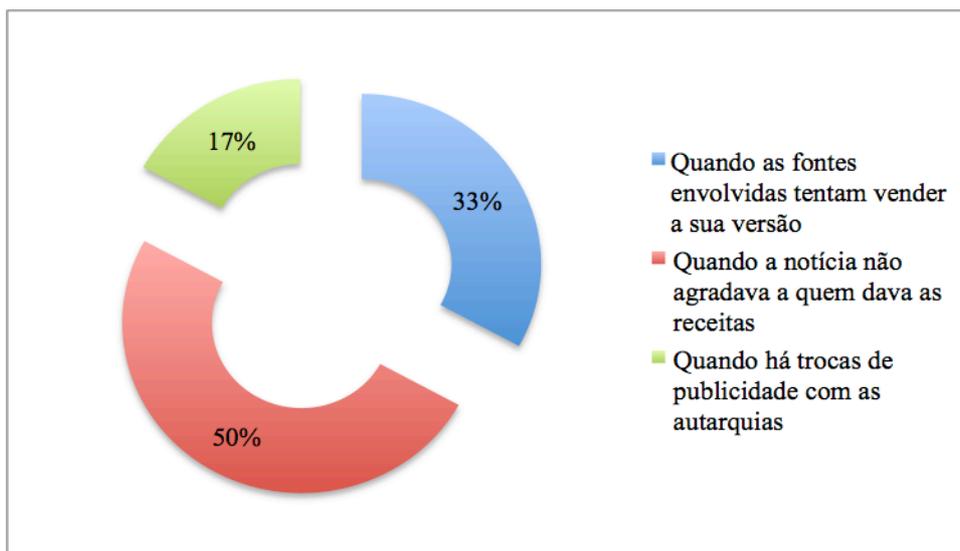


Ilustração 14 - Casos em que o jornalista foi pressionado pela administração

Relativamente às razões que levaram aqueles jornalistas que já se sentiram pressionados, a sê-lo, 50% consideram que isso aconteceu quando a notícia não agradava a quem dava as receitas para a publicidade do jornal. Ainda 33% pensa que houve pressão quando as fontes envolvidas tentaram vender a sua versão da notícia. No mesmo seguimento, 17% considera que o que sucedeu deve-se ao facto de haver, por vezes, trocas de publicidade com as autarquias.

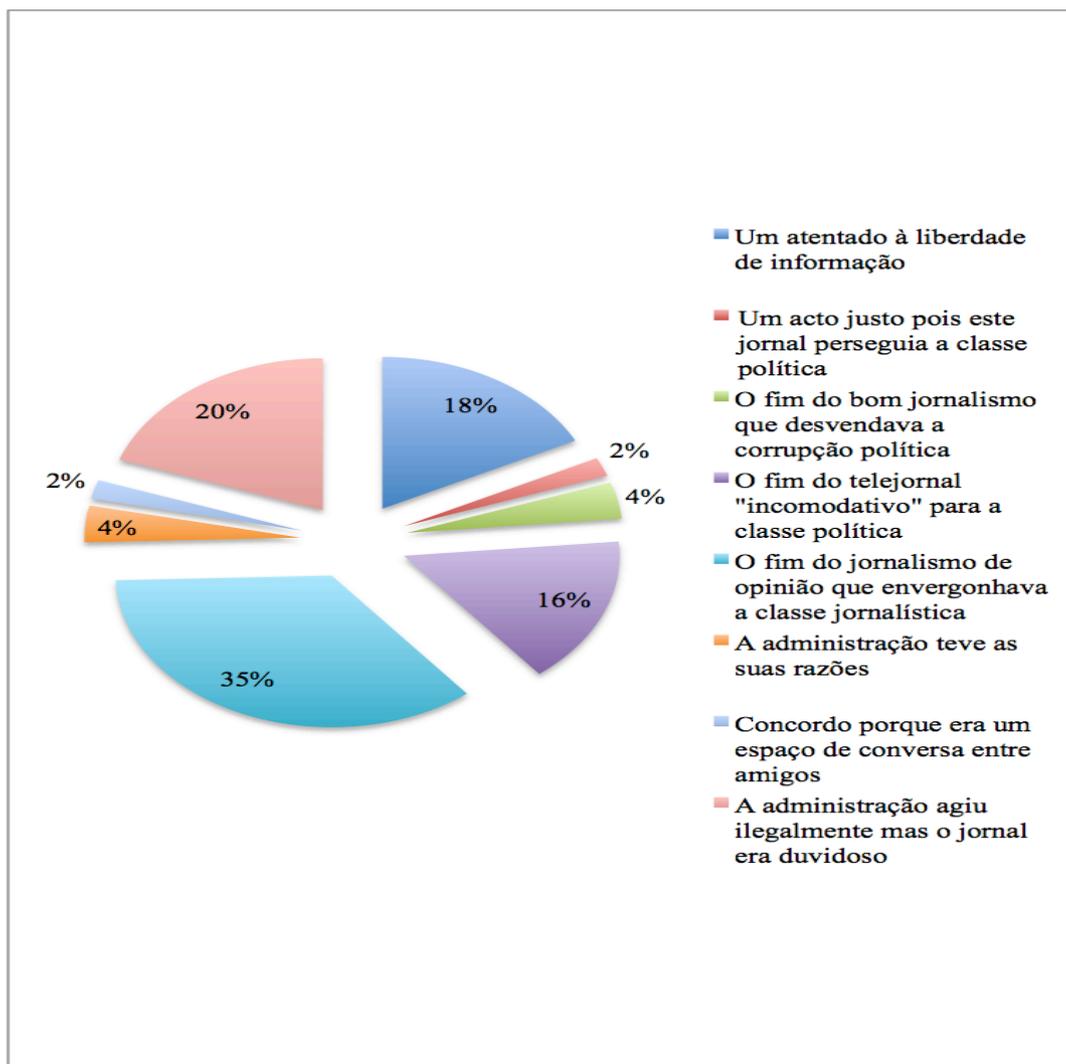


Ilustração 15 - Opinião do jornalista sobre o fim do Jornal de Sexta da TVI

As opiniões dividem-se ainda mais quando os inquiridos são questionados acerca da sua opinião sobre o final do Jornal de Sexta da TVI. A sua maioria (35%) considera que o fim deste espaço informativo foi positivo na medida em que era um jornalismo de opinião que envergonhava a classe jornalística. Contudo 20% diz que a administração não agiu correctamente mas que, por outro lado, o jornal era de cariz duvidoso, não obedecendo portanto aos requisitos que um jornal deverá ter, nomeadamente, em termos de ética e deontologia. Nessa sequência, são 18% os inquiridos que consideram que o fim do telejornal foi um atentado à liberdade de imprensa.



Com 16%, há aqueles jornalistas que consideram que este foi o fim de um jornalismo “incomodativo” para a classe política, uma vez que desvendava casos de corrupção que não abonavam a favor do político.

Há ainda uma pequena percentagem (4%) que dizem que não têm opinião, uma vez que se a administração acabou com o telejornal teve as suas razões e o seu direito.

Por outro lado, cerca de 4% dos inquiridos considera que este foi o fim do bom jornalismo que desvenda a corrupção política, ajudando os eleitores a informar-se acerca dos seus governantes.

A minoria (2%) concorda com o fim do Jornal de Sexta da TVI considerando que este era um espaço de conversa entre amigos e não um espaço informativo. Também 2% dos inquiridos considera que este foi um acto justo uma vez que era um jornal que perseguia a classe política.

10.4. Resumo da Análise

Os resultados obtidos desta amostra foram interessantes. Por um lado, confirmamos que há um grande número de jornalistas que já se sentiram, pelo menos uma vez, pressionados pelo poder político. Quanto à forma de pressão, passou principalmente pela tentativa do político de controlar aquilo que o jornalista escrevia nos seus artigos, de forma a que a notícia o beneficiasse.

No seguimento deste tema, apercebemo-nos que, apesar de muitos jornalistas se terem sentido pressionados, esse facto não o impediu de se sentir sempre em condições para cumprir o Código Deontológico e o Código de Ética do Jornalista.

Por outro lado, e na sequência desta análise de pressão política, a investigação passou também pela protecção que o jornalista poderá, ou não, sentir por parte da Entidade Reguladora para a Comunicação Social quando o trabalho da classe estiver a ser posto em causa. Neste aspecto,



as respostas não foram muito positivas, uma vez que - e, digo isto com cautela uma vez que a amostra é reduzida – os media não vêm nesta entidade uma segurança caso sejam impedidos de fazer o seu trabalho.

Contudo, uma análise positiva é a de que o jornalista, mesmo já se tendo sentido pressionado pelo poder político, não sentiu que não tinha condições para cumprir o Código Deontológico e o Código de Ética do Jornalista.

De referir também é o facto das possíveis pressões por parte dos superiores hierárquicos, sobre o jornalista, não serem motivo de preocupação. Isto porque, apesar de a amostra ser reduzida, parece não haver uma grande tendência para os editores, directores e administradores pressionarem os seus empregadores.

10.5. Verificação das Hipóteses

Toda a investigação realizada anteriormente, contribuiu para chegar a esta fase com capacidade para responder às hipóteses previamente estabelecidas. Desta forma, é agora possível confrontar os resultados obtidos na análise dos dados com as hipóteses que agora recorde:

H1 : O jornalista tem a sua liberdade de informar limitada por pressões que podem ser exercidas: pelos editores, directores e administradores; pelos políticos; pelos assessores de imprensa.

No que concerne a esta primeira hipótese, encontramos aqui uma meia-verdade. Por um lado, a análise dos dados permitiu confirmar – apesar da amostra ser reduzida – que não é comum nem frequente o jornalista sentir-se pressionado por parte dos seus superiores hierárquicos, ou seja, ver limitado o seu dever de informar. A análise permitiu confirmar que entre 70 e 80% dos jornalistas nunca se sentiram



pressionados pelos seus editores, directores ou administradores. Por outro lado, outra conclusão se pode tirar quando se fala em pressões políticas. De salientar que apenas 20% dos inquiridos disse que nunca foi pressionado. Os restantes 80% foram-no, pelo menos uma vez, nomeadamente, em períodos eleitorais, quando o político quis interferir na elaboração dos artigos, ou quando a notícia desagradava à classe política, entre outras situações.

No mesmo seguimento, a hipótese fala de uma possível limitação do dever de informar por parte do assessor de imprensa. Essa restrição poderia ser exercida por o assessor não permitir ao jornalista aceder ao seu cliente e obter as informações de que necessita. Cerca de 55% dos jornalistas inquiridos consideram que o assessor de imprensa dificulta o acesso à informação raramente ou ocasionalmente. Apenas 14% dos jornalistas consideram que o assessor nunca dificulta o acesso à informação.

Resumindo, conclui-se que esta primeira hipótese, não poderá ser completamente confirmada uma vez que o jornalista não vê limitado o seu dever de informar por parte dos seus superiores hierárquicos. Melhor dizendo, é muito reduzido o número de indivíduos que já se sentiu pressionado pelos seus editores, directores ou administradores.

Por outro lado, a hipótese é verdadeira quando se fala de pressões políticas, uma vez que é bastante elevada a percentagem de inquiridos que já sentiu que o seu dever de informar estava a ser limitado. Os políticos restringem, por vezes, ao jornalista a informação que lhe interessa, apenas dizendo o que quer. O mesmo acontece com o assessor que dificulta, por vezes, a relação entre jornalista e político que já por si poderá, por vezes, não ser fácil.

H2: Os jornalistas consideram que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social os pode assistir na reclamação por liberdade de informar.



Paralelamente, e directamente ligada à primeira hipótese, surgiu esta segunda. Uma hipótese que se baseia na Entidade Reguladora para a comunicação Social como “protectora” da classe dos jornalistas. Apenas me baseando nos resultados obtidos ao longo desta investigação e, primordialmente, na análise dos dados dos inquiridos, é possível dizer que o jornalista não se sente protegido pela ERC. Isto porque foram apenas 10% os inquiridos que disseram que a ERC protege sempre a classe. Os restantes 80% dos jornalistas não demonstraram muita confiança na entidade.

Esta é uma conclusão interessante na medida em que esta entidade existe para proteger o jornalista quando o seu trabalho estiver, de alguma forma, em causa, mas também para o sancionar se for necessário.

Em jeito de conclusão, verificou-se que a primeira hipótese não é completamente verdadeira, na medida em que só se confirmou metade da afirmação. Por outro lado, e tendo apenas em conta os dados obtidos no inquérito realizado, verificou-se que a segunda hipótese não é verdadeira uma vez que a grande maioria dos 51 inquiridos não demonstrou confiança na Entidade Reguladora para a Comunicação Social como protectora da classe dos jornalistas.



11. Conclusão

Ao longo da minha investigação, foi-me possível chegar a algumas conclusões que foram confirmadas com a análise dos dados.

Inicialmente, citando (Serrano, 1999: 8), falei do difícil relacionamento dos jornalistas com os políticos. Uma relação de altos e baixos, de dependência e independência. Na verdade, e como foi dito anteriormente, eles precisam uns dos outros. Por um lado, o jornalista precisa do político para ajudar a formar a opinião pública. Por outro, o político precisa do jornalista para servir de mediador no seu acesso aos seus eleitores.

Uma relação de interdependência que acaba por criar vícios difíceis de desfazer. Por exemplo, falava-se em censura, e ainda hoje se fala, mas de outro tipo de censura. Quando o político é evasivo ou tenta evitar responder a alguma pergunta do jornalista. Na análise dos dados, várias foram as respostas que jogavam nesse sentido quando se falava no tipo de pressões políticas sofridas pelo jornalistas (quando tal era o caso, naturalmente). Ou ainda outro tipo de censura, aquela a que Ramonet (1999: 29) chamava de censura democrática, em que o jornalista é asfiziado com informações. Uma tentativa do político, de fazer com que o jornalista se esqueça da informação importante. É o efeito-biombo. Divulga-se um acontecimento para esconder outro.

Outra influência que o político tenta exercer sobre o jornalista e que surge na sequência do efeito-biombo de Ignacio Ramonet, passa pela construção da agenda pública. O político tenta evidenciar os temas que lhe interessam e provocam ou evitam falar daqueles que não lhes convém que sejam divulgados. Actualmente, é possível ver isso acontecer quando vemos uma ou outra entrevista e assistimos ao jornalista a tentar obter certas informações e ao político a tentar não falar delas. O mesmo foi



possível concluir na análise dos resultados. Uma vez que foram vários os inquiridos (não a maioria) que consideraram que o político dificultava o trabalho do jornalista. Ou, por outro lado, aqueles que consideraram já terem sido pressionados pelos políticos, disseram que estes os contactavam constantemente para tentar alterar o ângulo de abordagem para seu benefício.

Várias foram as conclusões tiradas desta investigação. Duas sobressaem. Apesar de a amostra ter sido reduzida, a verdade é que desse número, foram vários os jornalistas que disseram já terem sido pressionados. O que fazer para evitar essa situação? Muitos são os debates sobre este tema, mas a verdade é que cada vez mais isso acontece.

Por outro lado, é importante referir que da análise dos resultados surgiu também o facto de o jornalista não confiar na Entidade Reguladora para a Comunicação como sua representante. Mas se é para isso que ela existe, porque será que grande parte dos inquiridos não confia na ERC? Dos 51 jornalistas, apenas 10% respondeu que a ERC protegia a classe do jornalista. Um número bastante reduzido tendo em conta que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social existe para proteger o jornalista, ou para o sancionar se for caso disso.

Uma investigação que serviu apenas para continuar e desenvolver o debate contínuo da relação complexa entre jornalistas e políticos, da limitação que o jornalista poderá sofrer fruto dessa relação tão difícil. Uma relação que tem as suas “ramificações” como o assessor de imprensa, por um lado, e os superiores hierárquicos do jornalista, por outro. Uma relação tão antiga, e ao mesmo tempo, com tantas situações intrínsecas ainda por descobrir.



Bibliografia

- Alves, J. (2005). *O Poder da Comunicação*. Portugal: Casa das Letras
- Aubenas, F., Benasayag, M. (2002). *A Fabricação da Informação*. Porto: Campo das Letras
- Azevedo, C. (1999). *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho
- Cabrera, A. (2006). *Marcelo Caetano: Poder e Imprens*. Lisboa: Livros Horizonte
- Carvalho, A., Cardoso, M., Figueiredo, J. (2005). *Legislatura anotada da Comunicação Social*. Cruz Quebrada: Casa das Letras/Editorial Notícias
- Carvalho, A., Lázaro, A., Cabecinhas, R., Ramos, R. (2005). *Discursos e representações ambientais: processos comunicativos entre actores sociais, media e cidadãos*, in RepositóriUM [On-line] <URL: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3210/1/aca_rvalho_Com.SOPCOM_2005.pdf >. [Consultado em 10-02-2009]
- Carvalho, L. (1999). *Manipulação da Opinião Pública*. Lisboa: Hugin Editores, Lda
- Chomsky, N. (2003). *A Manipulação dos Media*. Portugal: Editorial Inquérito
- Cordeiro, P. (2005). *Rádios Temáticas: perfil da informação radiofónica em Portugal. O Caso da TSF*, in BOCC [On-line], <URL: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=cordeiro-paula-o-caso-tsf.html>. [Consultado em 10-02-2009]
- Cornu, D. (1994). *Jornalismo e Verdade: Para Uma Ética da Informação*. Lisboa: Instituto Piaget
- Correia, F. (2006). *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*. Lisboa: Editorial Caminho
- Dijk, T. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia*. Porto: Campo das Letras
- Esteves, J.. *Opinião Pública e Democracia na Sociedade de Informação*, in BOCC, [On-line] <URL: <http://bocc.ubi.pt/pag/esteves-pissarra-opiniao-publica.html> >. [Consultado em 11-02-2009]



- Martins, M. (2004). *Da Utopia da Comunicação à Comunicação Sem Utopia. Metamorfose no Sistema e nas Relações de Comunicação nos Últimos Trinta Anos em Portugal*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
- Meneses, J. (2003). *Tudo o que se passa na TSF - ...para um livro de estilo*. Porto: Jornal de Notícias
- Negreiros, D.. *Mídia e Política: a Metamorfose do Poder*, in BOCC [On-line], <URL: http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=negreiros-davys-midia-e-politica-metamorfose-do-poder.html >. [Consultado em 10-02-2009]
- Pinto, M. (2003). *O papel dos media na promoção da democracia e dos indivíduos na sociedade da informação*, in RepositoriUM [On-line] <URL: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/999/1/manuelpinto_e-governance%20SOPCOM_2003.pdf >. [Consultado em 11-02-2009]
- Prata, N., (2006). O rádio digital em Portugal. In: XXIX Congresso da Intercom, 2006, Brasília.
- Quivy, R. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva
- Serrano, E. (1999). *Jornalismo e Elites do Poder*, in BOCC [On-line], <URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.pdf>>. [Consultado em 10-02-2009]
- Serrano, E., (1998). *O Espaço Público e o papel do Estado na Sociedade Global da Informação*, in BOCC [On-line] <URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-espaco-publico-estado.pdf> >. [Consultado em 11-02-2009]
- Sylvia, M.. *Jornalismo, Mediação, Poder: considerações sobre o óbvio surpreendente*, in BOCC [On-line] <URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-jornalismo-mediacao.pdf>>. [Consultado em 11-02-2009]



Anexos

Inquérito

Sou aluna do 2º ano de Mestrado de Ciências da Comunicação, na vertente de Informação e Jornalismo, na Universidade do Minho. Estou a elaborar a minha tese de dissertação acerca da relação dos jornalistas com políticos, assessores de imprensa e os seus editores, directores e administradores.

Este inquérito dirige-se unicamente a jornalistas, e é confidencial. Agradeço que responda com a maior sinceridade para que este seja um trabalho fidedigno e transparente.

Sexo: Masculino
Feminino

Idade: 23

1. Em que área exerce a sua profissão?

- a) Nacional
- b) Internacional
- c) Sociedade
- d) Educação
- e) Cultura
- f) Saúde
- g) Política
- h) Economia
- i) Desporto
- j) Ciências

2. Em termos profissionais, como classifica a sua relação com os políticos?

- a) Péssima
- b) Má
- c) Razoável
- d) Boa
- e) Óptima



3. Tem facilidade em obter as informações de que necessita por parte de um político...

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

4. Comparativamente com indivíduos de outras áreas de actividade, um político geralmente...

- a) Facilita o trabalho de um jornalista
- b) Não altera a dificuldade do trabalho de um jornalista
- c) Dificulta o trabalho de um jornalista

5. Já se sentiu pressionado pelo poder político?

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

Se respondeu a) na questão anterior, passe para a pergunta 9.

6. Em que situações se sentiu pressionado pelo poder político?

Na cobertura de visitas do Governo.

7. Colocou essa questão à Entidade Reguladora para a Comunicação Social?

- Sim
- Não



8. Se sim, sentiu algum apoio por parte da Entidade Reguladora para a Comunicação Social?

- a) Nenhum apoio
- b) Pouco apoio
- c) Nem muito, nem pouco
- d) Algum apoio
- e) Muito apoio

9. Sente que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social assegura a protecção da classe dos jornalistas?

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

10. Alguma vez sentiu que não tinha condições para cumprir o Código Deontológico do Jornalista ou o Código de Ética do Jornalista?

- Sim
- Não

11. Se respondeu afirmativamente à pergunta anterior, em que situação isso aconteceu?

12. Já sentiu que não estava a cumprir o Código Deontológico do Jornalista ou o Código de Ética do Jornalista quando a notícia que ia lançar era sobre política.

- f) Nunca
- g) Raramente
- h) Ocasionalmente
- i) Frequentemente
- j) Sempre



13. O assessor de imprensa dificulta o seu trabalho interferindo na sua relação profissional com o político.

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

14. Já se sentiu pressionado pelo seu editor quando a notícia que ia lançar era sobre política?

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

Se respondeu a) na questão anterior, passe para a pergunta 16.

15. Em que situações se sentiu pressionado pelo seu editor?

16. Já se sentiu pressionado pelo seu director quando a notícia que ia lançar era sobre política?

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

Se respondeu a) na questão anterior, passe para a pergunta 18.

17. Em que situações se sentiu pressionado pelo seu director?



18. Já se sentiu pressionado pelo administrador do meio de comunicação onde trabalha quando a notícia que ia lançar era sobre política?

- f) Nunca x
g) Raramente
h) Ocasionalmente
i) Frequentemente
j) Sempre

Se respondeu a) na questão anterior, passe para a pergunta 20.

19. Em que situações se sentiu pressionado pelo seu administrador?

20. Considera que o fim do Telejornal da TVI é...(assinale aquelas com que concorda)

- a) Um atentado à liberdade de informação
- b) Um acto justo pois este jornal limitava-se a perseguir a classe política
- c) O fim do bom jornalismo de investigação que desvendava os casos flagrantes da classe política
- d) O fim do telejornal “incomodativo” para a classe política
- e) O fim justo de um jornalismo de opinião que envergonhava a classe jornalística x



- f)** O fim de um “espaço de caça ao homem e um telejornal travestido” (José Sócrates, Abril 2009), feito com o objectivo de o perseguir politicamente
- g)** Outra razão. Qual?
-

Obrigada pela sua colaboração!!!

Ana Marta Monte